

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO**

**JÉSSICA HITOMI SATO**

**ADOÇÃO TARDIA E OS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE**

**CURITIBA  
2015**

**JÉSSICA HITOMI SATO**

**ADOÇÃO TARDIA E OS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE**

Monografia de conclusão de curso apresentada no  
Curso de graduação em Direito, do Setor de  
Ciências Jurídicas da Universidade Federal do  
Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau  
de Bacharel em Direito.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Carla Harmatiuk Matos  
Co-orientadora: Prof<sup>a</sup> M<sup>a</sup>. Lígia Ziggliotti de Oliveira

**CURITIBA**

**2015**

Dedico este trabalho a todas as crianças e adolescentes que aguardam ansiosamente por uma nova família. Que a espera lhes seja breve e serena.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai Ezo, à minha mãe Lucy e ao meu irmão Alexandre, por serem a base essencial sem a qual jamais chegaria até aqui.

Agradeço à minha brilhante orientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Carla Harmatiuk Matos que, desde as incríveis aulas do primeiro ano de faculdade, me inspirou em tantos temas do Direito, em especial quanto aos direitos humanos, assunto pelo qual me encantei desde a primeira leitura. Por toda a paciência e atenção dedicada ao desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço à minha co-orientadora Prof<sup>a</sup>. M<sup>a</sup>. Lígia Ziggiotti de Oliveira, por ser sempre tão querida e atenciosa nas correções e nas sugestões de suas excelentes ideias, as quais foram centrais para a realização desta pesquisa.

Agradeço também ao Prof<sup>o</sup> Dr. Celso Luiz Ludwig, pela oportunidade de ingressar no programa de iniciação à docência deste ano, concluindo minha graduação com mais uma ótima experiência.

Agradeço aos grandes amigos que conheci durante a faculdade, Kelvin, Juliana, Stephanie e Paula, por me mostrarem o verdadeiro significado da palavra amizade.

Agradeço aos supervisores que tive em minhas três experiências de estágio, pelo aprendizado e crescimento profissional, os quais foram responsáveis por me guiarem em meus primeiros passos no mundo prático do direito.

Agradeço, enfim, aos meus avós Sakae (*in memoriam*), Shizuko, Ossamu e Takaco, por todos os valores ensinados e que fizeram ser quem eu sou.

## *Criança*

*Cabecinha boa de menino triste,  
de menino triste que sofre sozinho,  
que sozinho sofre, — e resiste,*

*Cabecinha boa de menino ausente,  
que de sofrer tanto se fez pensativo,  
e não sabe mais o que sente...*

*Cabecinha boa de menino mudo  
que não teve nada, que não pediu nada,  
pelo medo de perder tudo.*

*Cabecinha boa de menino santo  
que do alto se inclina sobre a água do mundo  
para mirar seu desencanto.*

*Para ver passar numa onda lenta e fria  
a estrela perdida da felicidade  
que soube que não possuiria.*

*Cecília Meireles*

## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo examinar o fenômeno da adoção tardia e os seus reflexos no âmbito dos direitos humanos da criança e do adolescente. Partindo-se da concepção de que adoção tardia é aquela em que o adotando possui mais de dois anos de idade, a análise deste trabalho volta-se para a eficácia do instituto da adoção, especificamente a de crianças mais velhas e adolescentes, a qual sofre uma série de dificuldades dentro da realidade brasileira. Ver-se-á quais são os direitos humanos garantidos à criança e ao adolescente, focando-se em três que são mais prejudicados pela ineficácia do fenômeno: o direito à convivência familiar, o direito à vida em condições adequadas e o direito à não discriminação. Com isso, poderemos observar que a pouca ocorrência de adoções de crianças mais velhas em nosso país acabará ocasionando a negação de alguns de seus direitos que são garantidos por suas simples condições de seres humanos. O trabalho buscará, ainda, demonstrar onde residem os problemas da adoção tardia no país, por meio de um olhar interdisciplinar que seja capaz de abarcar essa realidade. As dificuldades em questão possuem aspectos psicológicos, culturais e jurídicos: tanto o imaginário da sociedade como a morosidade nos procedimentos judiciais são fatores que contribuem para o problema. Assim, o que se torna necessário para resolver o problema gira em torno, basicamente, de duas premissas: conscientização e mobilização. Deste modo, o instituto da adoção no Brasil será capaz de garantir os direitos humanos de todas as crianças e adolescentes que necessitam de uma nova família.

**Palavras-chave:** Direito das Famílias. Adoção tardia. Direitos Humanos. Eficácia. Criança e adolescente. Conscientização.

## ABSTRACT

The present study's objective is to examine the phenomenon of the late adoption and its reflexes in the context of the child's and adolescent's human rights. Starting with the conception that the late adoption happens when the adopting is older than two years old, the analysis of this work is turned for the efficacy of the adoption institute, specifically the adoption of older children and adolescents, which suffers several difficulties inside the Brazilian reality. The research is going to show the human rights guaranteed to child and to adolescent, focusing in three that are more damaged by the ineffectiveness of the phenomenon: the right to the familiar companionship, the right to the life in appropriate conditions and the right to non-discrimination. With this, we will be able to see that the little frequency of older children's adoption in our country will result in negation of some rights that are guaranteed by their simple human beings conditions. The work will also try to demonstrate where the problems of the late adoption in the country are, through an interdisciplinary look able to embrace this reality. The difficulties of the question have psychological, cultural and legal aspects: both the imaginary of the society and the slowness in the judicial proceedings contribute to the problem. So, it becomes necessary to resolve the problem by, basically, two premises: awareness and mobilization. In this way, the institute of the adoption in Brazil will be able to ensure the human rights of all the children and adolescents who need a new family.

**Key Words:** Family law. Late adoption. Human rights. Efficacy. Child and adolescent. Awareness.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>1 O INSTITUTO DA ADOÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1.1 Considerações iniciais: disciplina legal e noção conceitual.....	11
1.2 Espécies.....	14
1.3 O fenômeno da adoção tardia .....	23
1.4 O procedimento da adoção .....	26
<b>2 OS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE .....</b>	<b>30</b>
2.1 Os direitos humanos da criança e do adolescente na ordem jurídica nacional e internacional.....	30
2.2 O direito à convivência familiar .....	33
2.3 O direito à vida em condições adequadas .....	38
2.4 O direito à não discriminação .....	41
<b>3 AS DIFICULDADES DA ADOÇÃO TARDIA NO BRASIL: EM BUSCA DE SOLUÇÕES.....</b>	<b>44</b>
3.1 Os aspectos sociais: os fatores psicológicos e culturais da sociedade na discriminação das crianças mais velhas à espera da adoção.....	44
3.2 Os aspectos jurídicos: a lentidão dos procedimentos de adoção e destituição do poder familiar.....	49
3.3 Em busca de soluções .....	54
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>62</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>64</b>



## INTRODUÇÃO

Sabe-se que a adoção de crianças e adolescentes acima dos dois anos de idade no Brasil mostra-se fortemente problemática. De iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, foi realizado nos anos de 2009 e 2010 um levantamento das crianças e adolescentes em serviços de acolhimento<sup>1</sup>, por meio do qual constatou-se que, das cerca 37 mil crianças e adolescentes acolhidas em instituições, 64,6% estavam na faixa dos 6 aos 15 anos de idade. Desse total de 37 mil infantes, quase 10% estavam prontos para adoção, o que resulta em aproximadamente 3.700 menores.

Ainda, consoante encarte especial intitulado “Além da Adoção”, elaborado pela Le Monde Diplomatique Brasil em outubro de 2011<sup>2</sup>, dos cerca de 27 mil adultos na fila para adotar à época da realização do levantamento, a grande maioria tinha preferência por crianças pequenas e do sexo feminino.

Diante disso, o número de pais na fila para adotar se mostra na maioria das vezes maior que o número de crianças e adolescentes prontos para serem adotados. No entanto, os obstáculos que existem na prática acabam por, infelizmente, inverter o panorama, fazendo com que a perspectiva de adoção de crianças mais velhas seja pouco esperançosa.

Tal cenário mostra a gravidade da situação das crianças e adolescentes à espera de uma família substituta. Sabe-se que um dos princípios que regem a legislação brasileira no que toca aos direitos dos adotandos infantes é o melhor interesse da criança e do adolescente.

Para se falar nos direitos desses adotandos, importante ter em mente que, principalmente após a Constituição Federal de 1988, verificou-se uma grande transformação no âmbito do direito civil, operando-se a constitucionalização e a personalização dos institutos jurídicos, com o abandono do enfoque patrimonialista do

---

<sup>1</sup> BRASIL. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. **Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em situação de acolhimento**. Disponível em: <[http://www.fazendohistoria.org.br/downloads/levantamento\\_nacional\\_das\\_crianças%20e%20adolescentes\\_em\\_serviços\\_de\\_acolhimento.pdf](http://www.fazendohistoria.org.br/downloads/levantamento_nacional_das_crianças%20e%20adolescentes_em_serviços_de_acolhimento.pdf)> Acesso em 03 de julho de 2015.

<sup>2</sup> Encarte especial baseado nas palestras e debates do seminário “Além da adoção”, realizado em 29 de agosto, no Teatro Eva Hertz, em São Paulo. Le Monde Diplomatique Brasil, out/2011.

Código Civil de 1916, a fim de situar o indivíduo como centro do ordenamento jurídico. Tanto é que o princípio da dignidade da pessoa humana foi acolhido pela Carta Magna como fundamento do Estado Democrático de Direito (art. 1º, inciso III, CF).

Especificamente no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>3</sup>, em substituição à doutrina dos menores em situação irregular, positivou-se a doutrina da proteção integral das crianças e adolescentes, para garantir-lhes um regime especial de proteção, por se acharem na peculiar condição de pessoas em desenvolvimento.

Ao lado disso, no plano internacional temos a criança sendo objeto de inúmeros tratados, tendo o Brasil ratificado o maior deles – a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança – em 1990.

Com isso, à criança e ao adolescente é garantido amplo rol de direitos, em patamar nacional e internacional, todos pautados em sua peculiar situação de desenvolvimento. Alguns desses direitos são inerentes à sua condição humana – estamos aí diante dos direitos humanos da criança.

Porém, ao lado de um sistema tão completo e protetivo, o que se vê usualmente é a criança privada de muitos de seus direitos ao ter que aguardar anos na fila da adoção. Seja pela situação precária das instituições de abrigamento, seja pela simples privação do direito à convivência familiar, vivencia-se verdadeira negação aos seus direitos humanos e fundamentais.

Segundo o psicólogo Mário Lázaro Camargo<sup>4</sup>, a adoção de crianças “mais velhas” – a adoção tardia – é aquela que recebe o maior impacto da cultura atual, onde as crianças com mais idade são preteridas em relação às recém-nascidas. A sociedade é permeada por mitos culturais os quais constituiriam verdadeiros obstáculos à adoção tardia.

Além da questão das preferências da sociedade contemporânea, o próprio processo judicial de adoção, nos moldes em que se dá atualmente, acaba por, talvez,

---

<sup>3</sup> Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

<sup>4</sup> CAMARGO, Mário Lázaro. **Adoção tardia**: representações sociais de famílias adotivas e postulantes à adoção (mitos, medos e expectativas). Assis, 2005. Disponível em: <[http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/97679/camargo\\_ml\\_me\\_assis.pdf?sequence=1](http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/97679/camargo_ml_me_assis.pdf?sequence=1)> Acesso em 02 de julho de 2015

criar o problema. Vale dizer, a lentidão do trâmite acaba fazendo com que as crianças esperem mais, aguardando muitas vezes em abrigos, privadas de diversos direitos.

O assunto é, indubitavelmente, sério e demanda uma análise atenta. Portanto, caberá aqui a tarefa de explorar o fenômeno da adoção tardia, passando pela disciplina geral do instituto, mostrando seus entraves no sistema brasileiro atual, bem como os possíveis reflexos no âmbito dos direitos humanos das crianças.

## **1. O INSTITUTO DA ADOÇÃO**

Para se falar em adoção tardia, inevitável se falar também no instituto geral da adoção e no seu processo judicial, a fim de se situar o fenômeno da modalidade tardia.

### **1.1 Considerações iniciais: disciplina legal e noção conceitual**

Fazendo-se uma brevíssima retomada histórica, sabe-se que, sob a vigência do Código Civil de 1916, a adoção – chamada de “simples” – se dava através de escritura pública, sendo que o vínculo de parentesco se limitava entre adotante e adotado. Apenas poderia adotar quem não tivesse filhos.

A lei nº 4.655/1965 trouxe a figura da legitimação adotiva, a qual consistiu em uma nova modalidade de adoção. Por meio dessa modalidade, a adoção era irrevogável e dependia de decisão judicial, cessando-se o vínculo de parentesco com a família natural.

A adoção dita “plena” veio apenas com o Código de Menores (Lei nº 6.697/1979), por meio da qual o vínculo de parentesco passou a ser estendido também à família dos adotantes. Deste modo, o nome dos avós passou a constar no registro de nascimento do adotado, mesmo que não houvesse o consentimento daqueles.

Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, esse diploma passou a regular a adoção dos menores de 18 anos, buscando a proteção e a garantia de seus direitos. A adoção de maiores continuou a ser regulada pela lei civil. A partir do Código Civil de 2002, o sistema de adoção plena foi consagrado para todos os adotandos, seja menor ou maior de idade, extinguindo-se a possibilidade de adoção por escritura pública. Especificamente quanto aos menores, a orientação e a sistemática do Estatuto da Criança e do Adolescente foram mantidas.

No ano de 2009, foi sancionada a Lei nº 12.010/09, a Lei da Adoção, a qual alterou alguns dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente, além de revogar os artigos que tratavam da adoção no Código Civil. Tal lei veio com a proposta de reduzir o tempo em que os menores ficavam nas instituições, estabelecendo uma série de disposições em prol de facilidades para o processo judicial de adoção, o qual

será tratado adiante neste mesmo capítulo.

Dado esse breve aspecto histórico, cumpre examinar as principais características do instituto, tentando fornecer, primeiramente, uma noção conceitual.

Segundo Paulo Lôbo:

A adoção é ato jurídico em sentido estrito, de natureza complexa, pois depende de decisão judicial para produzir seus efeitos. Não é negócio jurídico unilateral. Por dizer respeito ao estado de filiação, que é indisponível, não pode ser revogada. O ato é personalíssimo, não se admitindo que possa ser exercido por procuração.<sup>5</sup>

Para Caio Mário da Silva Pereira, a adoção é ato jurídico onde uma pessoa recebe outra como filho, independente de relação de consanguinidade, possuindo caráter de *fictio iuris*<sup>6</sup>.

Com isso, podemos considerar ser a adoção uma modalidade de filiação, realizada por meio de um ato jurídico em sentido estrito, o qual depende, em todos os casos, de chancela judicial para que tenha plena eficácia.

Hoje, com o abandono da concepção contratualista do instituto, e com a principiologia do ordenamento atual, a adoção passou a ser a busca de uma família para a criança/adolescente, ao invés de ser a busca de uma criança para uma família. Em outras palavras, o enfoque todo atualmente gira em torno do interesse da criança. Essa é exatamente a preocupação de Carlos Roberto Gonçalves ao pontuar que deve ser destacado no conceito atual de adoção a observância do princípio do melhor interesse da criança<sup>7</sup>.

Uma vez proferida a sentença judicial e constituída a adoção, o adotado assume a condição de filho, passando a possuir os mesmos direitos e qualificações em relação aos demais descendentes biológicos. É atribuída a condição de filho para todos os efeitos, extinguindo-se o vínculo com os genitores biológicos, excetuando-se os impedimentos para o casamento, consoante artigo 41 do Estatuto da Criança e do

---

<sup>5</sup> LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Famílias**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2011. pág. 273.

<sup>6</sup> PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Atual. Tânia da Silva Pereira. 23 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015, pág. 454.

<sup>7</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: direito de família**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Adolescente<sup>8</sup>. A relação de parentesco é estabelecida entre o adotado e toda a família dos adotantes.

Para a adoção de criança e adolescentes, segundo disposição do Estatuto da Criança e do Adolescente, é necessária a anuência do cônjuge ou companheiro do que pretende adotar, mesmo que este não seja também adotante. Quanto aos pais biológicos, estes podem manifestar-se discordando da adoção, no entanto, não significará automaticamente o não acolhimento do pedido inicial. O magistrado do processo deve buscar o melhor interesse da criança, sendo que em muitos casos mostrar-se-á mais benéfico a inserção na família substituta, fazendo com que a discordância dos genitores biológicos não tenha qualquer efeito apto a impedir a adoção.

É de se observar que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) subordina a adoção ao consentimento dos pais biológicos ou de seu representante legal, consoante disposição do caput do artigo 45. Todavia, prevê também hipóteses de dispensa do consentimento: quando os pais são desconhecidos ou quando tenham sido destituídos do poder familiar.

O microssistema do Estatuto da Criança e do Adolescente contém vedação à adoção por ascendentes e irmãos. Ou seja, é proibido avós adotarem netos, e irmãos não se podem adotar. No entanto, não há nenhuma vedação de adoção entre parentes colaterais (tios, sobrinhos e primos).

A respeito do sobrenome do adotando, é obrigatória a sua alteração. O Estatuto da Criança e do Adolescente permite a alteração do prenome do menor também, seja a pedido do adotante quanto do próprio adotado.

Em termos de capacidade, é necessário ter 18 anos de idade no mínimo para se adotar. Entre adotante e adotado, deve haver uma diferença mínima de 16 anos, permitindo-se flexibilização em casos, por exemplo, onde o pedido de adoção é antecedido por certo período de tempo, possibilitando-se a constituição de filiação afetiva.

Quanto ao estado civil do adotante, não há vinculação. Em outras palavras, não é necessário estar casado para poder se adotar, podendo estar solteiro, viúvo,

---

<sup>8</sup> Art. 41. A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais

divorciado, etc. Também não há nenhuma restrição na lei quanto à orientação sexual dos que pretendem adotar<sup>9</sup>.

Dadas essas noções gerais para se introduzir o tema da adoção, abre-se espaço para se tratar sobre as espécies que o instituto abriga, bem como sobre o fenômeno da adoção tardia, a qual será explorada em separado.

## 1.2 Espécies

O instituto da adoção abrange várias espécies e modalidades. A adoção **unilateral** consiste naquela em que o novo companheiro ou cônjuge adota o filho advindo da união anterior de seu parceiro(a). Chama-se também de adoção semiplena, ante o seu caráter híbrido, permitindo a substituição de somente um dos pais e consequentemente sua ascendência. Assim, a pessoa permanecerá registrada em nome de um dos genitores biológicos, passando a ter o companheiro deste como novo genitor. Com relação ao antigo genitor, subsiste apenas os impedimentos matrimoniais.

Para ocorrência da adoção unilateral, tradicionalmente fala-se em três hipóteses. Quando o filho não é reconhecido pelo pai biológico, a mãe poderá autorizar a adoção do filho pelo seu companheiro. Ao lado disso, quando se é reconhecido por ambos os pais, mas um deles concorda com a adoção do filho, seu poder familiar é extinto e se possibilita a adoção unilateral. Ainda, há a possibilidade de, quando um dos pais biológicos falece, o filho vir a ser adotado pelo companheiro do genitor sobrevivente.

Há divergência doutrinária quanto a essa última possibilidade, ou seja, a adoção unilateral após o falecimento de um dos genitores biológicos<sup>10</sup>. O argumento

---

<sup>9</sup> Sobre o assunto, temos um interessante julgado do Superior Tribunal de Justiça em que se confirmou o deferimento de uma adoção por casal homossexual. A Corte Superior argumenta pela ausência de qualquer inconveniente para a ocorrência prática, prezando pela qualidade do vínculo de afeto e o interesse da criança. No caso, reconheceu-se a existência de prejuízo ao adotando em caso de não deferimento da medida, principalmente diante da situação fática consolidada entre as partes. (STJ - REsp: 889852 RS 2006/0209137-4, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 27/04/2010, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 10/08/2010)

<sup>10</sup> Para se ilustrar essa divergência, temos o posicionamento contra de Myrian Vasconcelos e Souza (**Questões legais, técnicas e práticas para uma nova cultura da adoção**. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/28510-28521-1-PB.htm>> Acesso em 02 de novembro de 2015), a qual entende não ser possível a adoção unilateral quando um dos genitores é falecido, por se faltar o requisito do consentimento exigido pelo art. 45 do Estatuto da Criança e do Adolescente. De outro lado, autores como Luciano Alves Rossato, Paulo Eduardo

que se costuma utilizar contra essa hipótese consiste no fato de que o genitor falecido não poderia se manifestar, não tendo o genitor sobrevivente legitimidade para autorizar por si só a adoção do filho. No entanto, os que defendem a possibilidade do instituto recorrem à doutrina da proteção integral, priorizando os interesses dos menores, em especial quanto ao direito de ter uma nova identidade familiar e quanto ao elo de afinidade.

Para além dessas hipóteses, mais recentemente, pode-se dizer que outra questão vem sendo discutida dentro do âmbito da adoção unilateral: a multiparentalidade. Sobre esse tema, temos a obra do autor Christiano Cassettari, a qual parte da noção de parentalidade socioafetiva para poder falar em multiparentalidade<sup>11</sup>.

Referido autor vê o reconhecimento da parentalidade socioafetiva como um direito tanto do filho como dos pais. Os requisitos para a existência dessa modalidade de parentalidade seriam o laço de afetividade, bem como a convivência familiar harmoniosa e voluntária. A multiparentalidade, nessa ótica, é uma consequência da parentalidade socioafetiva, podendo ocorrer, por exemplo, quando um dos genitores falece e o filho é criado por outra pessoa ou então na relação com padastro e madrastra. O autor cita um interessante caso onde se concedeu a adoção unilateral de uma criança para a companheira do pai biológico (madrasta), mantendo, contudo, o poder familiar também com a genitora biológica. A criança, assim, passou a ter duas mães em seu registro de nascimento, em respeito ao princípio do seu melhor interesse<sup>12</sup>.

A multiparentalidade, então, abriga uma nova hipótese de adoção unilateral onde se consolida uma parentalidade socioafetiva, mas se mantém também o vínculo com os genitores biológicos.

---

Lépore e Rogério Sanches Cunha (**Estatuto da Criança e do Adolescente comentado**. São Paulo: RT, 2011, pág. 194), entendem que “a adoção pelo cônjuge ou companheiro se opera com um dos pais falecido, havendo necessidade apenas do consentimento do genitor-sobrevivente, devido ao fato de que o poder familiar do outro genitor já ter sido extinto por sua morte”. Esse posicionamento é, inclusive, utilizado pela jurisprudência no sentido de afastar a necessidade de citação dos avós referentes ao genitor falecido nos autos de adoção unilateral (Tribunal de Justiça do RS, Agravo de Instrumento Nº 70057070740, Oitava Câmara Cível, Relator: Ricardo Moreira Lins Pastl, Julgado em 05/12/2013).

<sup>11</sup> CASSETTARI, Christiano. **Multiparentalidade e parentalidade socioafetiva: efeitos jurídicos**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

<sup>12</sup> Idem, págs. 186/190.



A segunda espécie a ser analisada é a **de maiores**. A adoção, de modo geral, incluindo-se aí a de maiores, era regulada pelo Código Civil de 1916 como sendo adoção simples, centrando-se na autonomia individual e possuindo caráter evidentemente negocial, conforme visto anteriormente. Com o advento do novo Código Civil em 2002, a adoção de maiores passou a ser regulamentada por tal documento, entretanto não havendo mais a distinção de adoção simples, a qual foi abandonada pela Constituição Federal de 1988.

A Lei nº 12.010/2009 alterou a redação do artigo 1.619 do Código Civil de 2002, o qual passou a estabelecer que a adoção dos maiores de 18 anos dependerá de efetiva assistência do poder público bem como de sentença judicial, aplicando-se, no que couber, as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Pode-se ver, deste modo, que a adoção de maiores atualmente é regulada quase na totalidade pelo referido estatuto.

Muito se questiona a respeito da utilidade deste instituto para os maiores de 18 anos, visto que o adotando já não se encontra mais sob o manto do poder familiar. No entanto, não se pode olvidar que se trata de meio para a regularização da situação de fatos dos filhos de criação, os quais constituíram todos os seus vínculos afetivos com a família de criação, no entanto legalmente continuam com o registro de seus genitores biológicos. Vale lembrar que tal não é situação rara em nosso país, principalmente ante o triste cenário de abandono de crianças presente na realidade brasileira<sup>13</sup>.

A adoção **internacional** é prevista na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 227, § 5º, o qual atribui à lei a tarefa de estabelecer os casos e condições para a efetivação por parte de estrangeiros. Nessa linha, o Estatuto da Criança e do Adolescente impõe o prazo mínimo de 30 dias para o estágio de convivência, a ser realizado em solo nacional, em se tratando de adotantes domiciliados fora do país.

A “Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional”, realizada em Haia no ano de 1993, foi ratificada pelo Brasil

---

<sup>13</sup> Segundo dados obtidos por relatório realizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (**Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 71/2011**: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2013), o abandono figurou como terceiro maior motivo do acolhimento institucional de crianças e adolescentes nos anos de 2012 e 2013, atrás somente de negligência e dependência química dos pais.

através do Decreto 3087/99. Tal Convenção busca estabelecer garantias para que as adoções internacionais sejam realizadas segundo o interesse da criança, preocupando-se em instaurar um sistema de cooperação entre os países signatários para o combate do tráfico de crianças.

Sobre o tema, Carlos Roberto Gonçalves pontua que a adoção internacional desperta polêmicas, sendo combatida por muitas pessoas que temem o tráfico de crianças ou que acreditam representar violação ao direito de identidade do adotando. No entanto, em sua ótica, o que se deve fazer é procurar regulamentar devidamente essa modalidade, a fim de coibir abusos, “uma vez que as adoções mal-intencionadas, nocivas à criança, não devem prejudicar as feitas com a real finalidade de amparar o menor”<sup>14</sup>.

A adoção **póstuma** consiste naquela onde o deferimento é dado após o falecimento do adotante. Assim, a sentença de adoção possuirá, excepcionalmente, efeitos retroativos à data do falecimento do adotante.

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a adoção póstuma em seu artigo 42, §6º, onde exige a inequívoca manifestação de vontade do adotante, bem como que seu falecimento tenha ocorrido no curso do processo, antes de proferida a sentença. No entanto, a jurisprudência pátria já afastou em certos casos a exigência a propositura da ação, bastando que haja a inequívoca manifestação de vontade do adotante. Maria Berenice Dias explicita que se trata de verdadeira adoção nuncupativa, onde o magistrado apenas convalidaria o desejo do adotante falecido<sup>15</sup>. Assim, ao se deixar de exigir a prévia propositura de ação, está-se diante de investigação de paternidade afetiva, onde se declarará o vínculo de filiação após a averiguação da posse do estado de filho.

Prática recorrente em nosso país, a adoção **irregular**, também conhecida como “à brasileira”<sup>16</sup>, consiste no reconhecimento voluntário da maternidade/paternidade,

---

<sup>14</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro** : direito de família. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, pág. 353.

<sup>15</sup> DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 5 ed. rev. atual. e ampl.. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009. pág. 443.

<sup>16</sup> A respeito da terminologia, Carlos Roberto Gonçalves também a chama de “adoção simulada”, apontando que foi uma criação da jurisprudência. (*In*: **Direito civil brasileiro**: direito de família. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.)

sem haver o cumprimento das exigências legais e judiciais do procedimento de adoção. Um frequente exemplo é quando o companheiro de uma mãe registra o filho desta como se seu fosse, geralmente com motivação afetiva. A jurisprudência pátria atribui caráter irreversível ao ato, só se falando em anulação em caso de vício de vontade. A irreversibilidade mostra-se importante principalmente em caso de separação dos pais e afastamento em relação ao filho, a fim de que o pai não se escuse da obrigação alimentar por meio de desconstituição do registro. Nesse sentido, não se aceita o arrependimento posterior do pai registral, na medida que se iria contra a posse de estado de filho do registrado, bem como contra o seu melhor interesse. Lembre-se que na maioria das vezes configurou-se a filiação socioafetiva. Na hipótese de não se tê-la configurado, pode o filho pleitear judicialmente a anulação do registro, a fim de reivindicar seu estado de filiação.

Joacinay Nascimento fala em três fatores sociais relevantes para a prática da adoção à brasileira: o desejo da constituição da entidade familiar, o abandono de crianças e adolescente e a questão dos laços afetivos<sup>17</sup>. Quanto ao primeiro, diz que, ante o desejo de se constituir uma família, muitos acabam recorrendo à prática por acreditarem ser uma forma mais rápida e fácil. Sobre o segundo fator, a autora pontua que a realidade de abandono de algumas crianças causa intensa comoção, fazendo com que as pessoas optem por registrá-las de maneira irregular tendo em vista a morosidade que levaria o processo de adoção. Por fim, o último fator diz respeito ao afeto na construção da entidade familiar contemporânea. O afeto tem função basilar e é responsável pela viabilidade da relação familiar de hoje. Depreende-se que, quanto a esse fator, a adoção à brasileira seria uma forma de concretização da realidade afetiva existente entre as pessoas envolvidas.

Importante destacar que a prática é tipificada pelo Código Penal Brasileiro como crime contra o estado de filiação (art. 242<sup>18</sup>).

---

<sup>17</sup> NASCIMENTO, Joacinay Fernanda do Carmo. **Adoção à brasileira**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XVII, n. 125, jun 2014. Disponível em: <[http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=14879&revista\\_caderno=14](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14879&revista_caderno=14)> Acesso em 02 de novembro de 2015.

<sup>18</sup> Art. 242 - Dar parto alheio como próprio; registrar como seu o filho de outrem; ocultar recém-nascido ou substituí-lo, suprimindo ou alterando direito inerente ao estado civil:  
Pena - reclusão, de dois a seis anos.

Em seu turno, a adoção **intuito personae** consiste na hipótese onde se deseja adotar um indivíduo em específico. Conforme se verá mais detalhadamente adiante, no processo de adoção há uma lista com o registro das crianças e adolescentes aptos a serem adotados, bem como uma lista com as pessoas interessadas em adotar. A adoção *intuito personae* foge a essa regra. Muitas vezes a pessoa não se encontrava cadastrada na lista, mas passa a desejar adotar determinada criança/adolescente que encontrou abandonada ou se vinculou afetivamente, por exemplo.

A tendência que ocorre é obedecer estritamente a ordem de preferência da lista, não se permitindo a adoção por pessoas não inscritas. Há posicionamentos na doutrina, como é o caso de Maria Berenice Dias<sup>19</sup>, em defesa do direito da mãe escolher quem irá adotar seu filho, justamente por ser por vezes mais benéfico à criança. Basta observar o tempo de espera que terá que passar até a adoção ser efetivamente deferida judicialmente, isso se ocorrer.

Na ótica de Caio Mário da Silva Pereira, o qual chama a adoção *intuito personae* também de “adoção consentida”, que em tal modalidade não se pode falar em destituição do poder familiar em relação aos pais biológicos, mas sim em “extinção”. Defende o autor, ainda, que a preferência pelas pessoas cronologicamente cadastradas para adotar não pode ser absoluta. Para ele, essa formalidade cede em face do único requisito que considera imprescindível: existência de vínculo de afetividade entre o infante os candidatos à adoção<sup>20</sup>.

Sobre a tão polêmica adoção **homoparental**, o que é necessário esclarecer já de início é que não há óbice legal nenhum para a ocorrência da adoção por casais do mesmo sexo. É evidente que é um dos temas mais polêmicos da atualidade, dividindo opiniões e argumentos por toda a sociedade, principalmente dentro do âmbito do setor religioso. No entanto, o que deve ficar claro é que, pelo ordenamento jurídico atual, não há qualquer proibição expressa sobre o direito de casais homossexuais adotarem.

Os requisitos para o deferimento da adoção estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente são a existência de reais vantagens para o adotando, bem como o fundamento em motivos legítimos (art. 43). Vale lembrar também que as

---

<sup>19</sup> DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 5 ed. rev. atual. e ampl.. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009, pág. 445.

<sup>20</sup> PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil. Atual**. Tânia da Silva Pereira. 23 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015, pág. 470/471.

exigências quanto à capacidade para adotar envolvem somente a maioria civil e a diferença mínima de 16 anos entre adotante e adotado, não havendo qualquer disposição quanto à orientação sexual do adotante.

Quanto ao art. 42, §2º, do mesmo diploma, o qual estabelece que para a adoção conjunta é necessário que os adotantes sejam casados ou estejam em união estável, tal também não configura entrave à adoção homoparental. Isso porque, através da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 132 (a qual foi recebida pelo Supremo Tribunal Federal como Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4277), a união homoafetiva foi reconhecida como entidade familiar, aplicando-se a esta o mesmo regime da união estável entre homem e mulher. Assim, o disposto pelo art. 42, §2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente não representa mais obstáculo à adoção conjunta por casal homossexual.

Para além da não existência de entraves legais para a adoção por homossexuais, questão ainda mais importante envolve o interesse da criança e adolescente. Ao não se permitir a adoção por homossexuais, estar-se-á privando o menor de seu direito à convivência familiar naquele momento, fazendo com que, conseqüentemente, permaneça nas instituições de abrigos sem qualquer previsão razoável de espera. Tal situação evidentemente não lhe trará nenhum benefício, pelo contrário, somente virá em seu prejuízo. Nas palavras de Ana Carla Harmatiuk Matos:

No que respeita especificamente a adoção, a possibilidade dos homossexuais adotarem pode atender às necessidades emocionais das crianças, de modo a que apresentem melhores condições ao desenvolvimento de suas personalidades. (...) não se pode excluir um rol de pessoas, as quais poderiam ser habilitadas para adoção, pelo simples fato da homossexualidade, não só pela discriminação ao sujeito ou par homossexual, mas, principalmente pelo não atendimento ao superior interesse das crianças de terem uma família, algo essencial ao desenvolvimento da personalidade humana.<sup>21</sup>

Vale ressaltar que a noção de família substituta trazida pelo ECA em seu art. 28<sup>22</sup> é notoriamente aberta, não fazendo qualquer menção ou restrição de conteúdo.

<sup>21</sup> MATOS, Ana Carla Harmatiuk. *Filiação e Homossexualidade*. In: Rodrigo da Cunha Pereira (Coord.). **Família e Dignidade Humana: Anais do V Congresso Brasileiro de Direito de Família**, São Paulo: IOB Thomson, 2006, págs. 69/101

<sup>22</sup> Art. 28. A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei.

Ou seja, a sistemática legal, aliada à principiologia constitucional, torna a adoção por homossexuais plenamente possível, cujo foco deve sempre ser, claro, o melhor interesse da criança.

O tema inclusive já foi objeto de um importante julgado do Superior Tribunal de Justiça, no ano de 2010, onde se prezou pelos laços de afetividade constatados e o melhor interesse da criança para se confirmar a possibilidade de adoção por casal homossexual<sup>23</sup>. No mesmo ano, também foi discutido no Tribunal de Justiça deste estado do Paraná, onde se decidiu que “a adoção é um ato que envolve a criação de vínculos afetivos, onde pais e filhos se adotam na nova relação, independentemente da orientação sexual dos adotantes”<sup>24</sup>

A respeito da adoção **de nascituro**, o Código Civil de 1916 previa a possibilidade de se adotar nascituro por meio de seu artigo 372, condicionando o ato ao consentimento do representante legal do feto. Por outro lado, o Código Civil de 2002 não reproduziu tal regra, também não havendo nenhuma menção no Estatuto da Criança e do Adolescente, o que abriu espaço para certa discussão na doutrina a respeito de sua possibilidade atualmente.

Para Paulo Lôbo<sup>25</sup>, não haveria nenhum impedimento legal para o ato, uma vez que todos os direitos do nascituro já estariam reservados para quando este vier a nascer. A adoção, deste modo, fica suspensa até que o nascituro nasça com vida, momento no qual passa-se a ter plena eficácia. Tal solução contemplaria o princípio da dignidade da pessoa humana, garantindo-se a convivência familiar para uma futura criança cujos genitores não desejem criá-la.

Flávio Tartuce também não vê óbice na possibilidade de se reconhecer a possibilidade de adoção de nascituro. Consoante o autor:

---

<sup>23</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 889852/RS. Recorrente: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Recorrido: L.M.B.G. Relator: Ministro Luís Felipe Salomão. Data do julgamento: 27 de abril de 2010.

<sup>24</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Paraná. Apelação Cível nº 648257-5. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado J.S.B.J. Relator: Des. Costa Barros. Data do julgamento: 12 de maio de 2010.

<sup>25</sup> LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Famílias**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2011. pág. 274.

De fato, se o nascituro é pessoa, tendo direitos da personalidade (personalidade jurídica formal), não há que se afastar a possibilidade de sua adoção. Lembramos que é possível o reconhecimento do nascituro como filho, conforme prevê especificamente o art. 1.609, parágrafo único, do CC. Se for possível reconhecê-lo como filho, por que não seria possível adotá-lo?<sup>26</sup>

As posições contra a adoção de nascituro sustentam a impossibilidade em virtude de inexistência de norma expressa autorizadora. William Artur Pussi, nesse sentido, defende que o fato do Estatuto da Criança e do Adolescente deixar de mencionar expressamente a adoção do nascituro revelaria a intenção do legislador em não incluí-lo no rol de possibilidades do instituto<sup>27</sup>.

Ligado ao tema, é de se saber que tramitou um Projeto de Lei (nº 3220/2008) que pretendia regular o parto anônimo, prevendo a possibilidade da genitora deixar de assumir a maternidade da criança durante o período da gestação. Assim, a adoção da criança teria início antes do nascimento, o que abriria caminho para possível regulação do instituto da adoção do nascituro.

Para Douglas Philips Freitas, o parto anônimo é o direito da mãe entregar a criança para adoção permanecendo desconhecida, podendo realizar todos os cuidados médicos antes, durante ou após o parto<sup>28</sup>. O projeto de lei acima referido teve como justificativa o grande número de abandono de recém-nascidos, entendendo que a mera criminalização do ato não é suficiente para se reverter a situação<sup>29</sup>. Assim, visou garantir acesso à rede pública de saúde à mulher que opte em não assumir o filho, evitando, de outro lado, o abandono cruel dos recém-nascidos. No entanto, o projeto de lei foi rejeitado por inconstitucionalidade e retrocesso no direito das crianças. Não obstante, fica consignada a estreita relação entre o instituto do parto anônimo e

---

<sup>26</sup> TARTUCE, Flávio. A situação jurídica do nascituro: uma página a ser virada no direito brasileiro. **Questões Controvertidas no novo Código Civil**, São Paulo, v. 6, 2007

<sup>27</sup> PUSSI, William Artur. **Personalidade jurídica do nascituro**. Curitiba: Juruá, 2005.

<sup>28</sup> FREITAS, Douglas Philips. **Parto anônimo**. Disponível em: <<http://www.arpensp.org.br/?pG=X19leGliZV9ub3RpY2lhcw==&in=NzEwNg==>> Acesso em 20 de novembro de 2015.

<sup>29</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº 3220/2008**. Regula o direito ao parto anônimo e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=552449&filename=PL+3220/2008](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=552449&filename=PL+3220/2008)> Acesso em 20 de novembro de 2015.

a adoção do nascituro, uma vez que a regulamentação do primeiro possivelmente abriria caminho para a do segundo.

Enfim, vistas as espécies da adoção e suas principais discussões, abre-se caminho para adentrar na temática da adoção tardia

### 1.3 O fenômeno da adoção tardia

As adoções vistas no tópico anterior são elencadas na maioria das vezes pela doutrina como espécies, situação diferente da tardia, a qual não é tratada de forma direta<sup>30</sup>, ou, quando o é, é tratada em separado. Eis a razão pela qual se prefere aqui falar em fenômeno. Além disso, trata-se de uma preocupação com a realidade brasileira, objetivando aproximar a distância hoje verificada do direito anunciado (dever-ser), e o vivenciado, em suma, a efetividade da proteção da criança sem família.

Para iniciar, importante consignar que o fenômeno da adoção tardia, segundo Marлизete Vargas<sup>31</sup>, consiste na adoção de crianças com mais de dois anos de idade.

Márcia Lopes de Carvalho e Natalia Soares Franco dividem, para fins de trabalho terapêutico, a adoção em algumas categorias, dentre elas, a de bebês e a tardia<sup>32</sup>. Segundo as autoras, a adoção de bebês envolve uma imitação da biologia, sendo a adaptação possivelmente mais fácil. Por outro lado, a adoção tardia abrange uma gama imensa de peculiaridades na adaptação, dependendo muito da experiência anterior tanto do adotando quanto da família candidata à adoção. Apontam que a criança que passou muito tempo institucionalizada geralmente tem dificuldades quando reinseridas em ambiente familiar no que tange à expressão de afetividade e

---

<sup>30</sup> Ao longo das pesquisas para a realização do presente trabalho, verificou-se certa insuficiência, quando não ausência, de tratamento da temática da adoção tardia pelos autores tradicionais do Direito de Família. Além de justificar a recorrência ao olhar interdisciplinar adotado aqui, tal fato também demonstra a necessidade de mais estudos incisivos da questão por parte do Direito, visto que é um tema de notória relevância social.

<sup>31</sup> VARGAS, Marлизete Maldonado. **Adoção tardia**: da família sonhada à família possível. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013, pág. 43.

<sup>32</sup> CARVALHO, M. L; FRANCO, N.S. O cuidado na adoção: algumas experiências. *In: O cuidado como valor jurídico*. Coordenado por Tânia da Silva Pereira e Guilherme de Oliveira. Rio de Janeiro: Forense: 2008, págs. 189/205.



hábitos particulares, considerando o longo tempo sendo cuidada como grupo e não como indivíduo.

As situações que envolvem essas crianças adotadas tardiamente são as mais diversas possíveis. Algumas foram abandonadas pelos pais por não possuírem condições econômicas de continuar a criá-las, outras foram retiradas de sua família por destituição do poder familiar, outras ainda cresceram em abrigos e orfanatos, etc. O mesmo levantamento nacional de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento mencionado na introdução deste trabalho<sup>33</sup> mostra que os principais motivos documentados para o ingresso do infante nos abrigos são: negligência da família (37,6%), pais dependentes químicos (20,1%) e abandono pelos pais ou responsáveis (19%). Destacam-se também a carência de recursos financeiros dos pais (9,7%), a situação de rua (10,1%), a violência doméstica (10,8%) e a própria entrega voluntária da criança pela família de origem (5,1%).

Enfim, as circunstâncias que as fazem entrar para a fila da adoção tardiamente podem ser muitas, todavia, darão às crianças uma característica em comum: ser consideradas em idade já “avançada” para os padrões de adoção da sociedade.

Em pesquisas de campo feitas por Marлизete Vargas<sup>34</sup>, relata a autora que teve contato com processos de adoção de crianças maiores de seis anos, onde tiveram que ser colocadas em famílias adotivas estrangeiras por não se encontrar no cadastro nacional pais brasileiros dispostos a acolhê-las. Isso mostra a saída que tem sido a adoção internacional para a reinserção familiar de crianças mais velhas, claro, com todas as cautelas e ressalvas quanto à problemática do tráfico de menores.

Nessa linha, defende a autora ser necessário criar alternativas para que a adoção internacional deixe de ser o único meio viável para se efetivar a adoção tardia. Pondera que a maior “aceitação” dos estrangeiros, em especial dos americanos e dos europeus, à adoção de crianças mais velhas é fruto de um trabalho de longo tempo

---

<sup>33</sup> BRASIL. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. **Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em situação de acolhimento**. Disponível em: <[http://www.fazendohistoria.org.br/downloads/levantamento\\_nacional\\_das\\_crianças%20e%20adolescentes\\_em\\_serviços\\_de\\_acolhimento.pdf](http://www.fazendohistoria.org.br/downloads/levantamento_nacional_das_crianças%20e%20adolescentes_em_serviços_de_acolhimento.pdf)> Acesso em 03 de julho de 2015.

<sup>34</sup> VARGAS, Marлизete Maldonado. **Adoção tardia**: da família sonhada à família possível. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013, pág. 30.

por parte das agências estatais e particulares<sup>35</sup>. Tal pode indicar uma possível solução a ser buscada dentro de nosso sistema.

É de se observar que o próprio sistema de adoção, nos moldes em que funciona atualmente, parece criar o problema da adoção tardia. Isso porque, por mais que os adotandos cheguem às instituições de abrigo recém-nascidos, o tempo que leva na fila para serem chamados (por volta de dois anos em média<sup>36</sup>) fazem com que já se tornem involuntariamente “velhos” para a adoção. Sendo assim, para além das preferências da sociedade, o problema se volta para o processo em si de adoção também.

A psicóloga Lídia Weber relata qual o perfil da criança considerada adotável, segundo a média dos perfis das crianças adotadas por entrevistados de sua pesquisa: saudável, do sexo feminino, recém-nascida e de pele clara<sup>37</sup>. Importante ressaltar também o percentual de adoção tardia constatada pela psicóloga, o qual girou em torno de 16,66% dentre as adoções pesquisadas. O percentual, apesar de baixo e referente a um universo pequeno de pesquisa, é inegavelmente considerável, o que abre esperança sobre melhora.

Outro ponto importante a se destacar da pesquisa de Weber consiste na correlação constatada entre o nível socioeconômico dos adotantes e as suas preferências na hora de escolher a criança. Segundo a psicóloga, os candidatos a adotar menos privilegiados financeiramente foram aqueles que menos fizeram exigências em relação à criança, não importando em geral idade ou cor<sup>38</sup>.

Todos esses fatores contribuem na geração dos baixos índices de adoção tardia: sejam os mitos, sejam as preferências, seja o próprio processo de adoção em si. A fim de explorar tais causas, começemos pelo processo de adoção, com os demais

---

<sup>35</sup> Ibidem, pág. 31

<sup>36</sup> Uma pesquisa feita pelo Conselho Nacional de Justiça neste ano de 2015 (BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Processos relacionados à adoção no Brasil: uma análise sobre os impactos da atuação do Poder Judiciário**. Coord. por Marcelo Guedes Nunes [et al.]. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2015.) apontou que o tempo médio de um processo de adoção na Comarca de São Paulo/SP chega a 705 dias. Acrescente-se a isso o tempo de destituição do poder familiar, cujo tempo, na mesma comarca, gira em torno de 583 dias. Enquanto isso, a criança permanece esperando a regularização de sua situação para poder ter a chance de ser chamado.

<sup>37</sup> WEBER, L.N.D. **Famílias adotivas e mitos sobre laços de sangue**. Jornal Contato – CRP-08, v. 08, n. 15, 1996.

<sup>38</sup> Idem.

temas sendo analisados nos capítulos seguintes.

## 1.4 O Procedimento da Adoção

Conforme pontuado no início deste trabalho, o procedimento da adoção pode ser uma das causas da problemática da adoção tardia vivida no país. Deste modo, cumpre analisar neste capítulo, ainda, como se dá em termos gerais o procedimento da adoção segundo a legislação atual.

Segundo visto anteriormente, a adoção consiste em ato jurídico em sentido estrito cuja eficácia é sujeita à decisão judicial de deferimento. Nesse sentido, a adoção, independentemente da idade do adotado, só ocorre mediante processo perante o Judiciário. A ação tramitará perante uma Vara da Infância e Juventude, conforme estabelece o art. 148, III, do Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>39</sup>.

Consoante previsão do art. 50 do mesmo diploma<sup>40</sup>, os postulantes à adoção devem ser inscritos nos cadastros estadual e nacional. Nesse sentido, cada comarca precisa manter um registro de crianças e adolescentes em condições de serem adotados, passando as informações aos referidos cadastros. Segundo os ensinamentos de Paulo Lôbo, o objetivo da existência de tais cadastros é garantir a observância à ordem cronológica das inscrições dos candidatos a adotar, de modo que não haja favorecimentos<sup>41</sup>. Não obstante, há três possibilidades de dispensa da ordem cronológica dos cadastros: quando se tratar de adoção unilateral; quando for por parte de parente biológico ou socioafetivo com quem o menor já tenha laços afetivos; ou quando for por parte de quem já tenha a tutela ou a guarda da criança maior de três anos de idade (art. 50, §13, do ECA).

Em 2008, o Conselho Nacional de Justiça instituiu o chamado Cadastro Nacional de Adoção (CNA), a fim de consolidar os dados das comarcas de todo o país,

---

<sup>39</sup> Art. 148. A Justiça da Infância e da Juventude é competente para: (...) III - conhecer de pedidos de adoção e seus incidentes;

<sup>40</sup> Art. 50. A autoridade judiciária manterá, em cada comarca ou foro regional, um registro de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e outro de pessoas interessadas na adoção.

<sup>41</sup> LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Famílias**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2011. pág. 287.

referentes ao número de crianças e pais disponíveis à adoção. De outro lado, tem-se o Banco Nacional de Adoção, o qual abrange informações em nível nacional quanto aos perfis das crianças e adolescentes na fila para serem adotados, bem como os perfis dos candidatos a adotar, além de suas localizações, quantidade de abrigos, etc. Através desses registros, há a possibilidade de uma criança ser adotado por pais de outro estado.

O Cadastro Nacional de Adoção, não obstante, ao impor a observância à ordem cronológica dos inscritos a adotar, acaba por dificultar a adoção *intuito personae*, a qual, conforme visto anteriormente, é aquela em que se deseja adotar um indivíduo em específico.

O magistrado verificará se a adoção irá em benefício do adotando, sendo esse benefício analisado tanto na dimensão subjetiva quanto na objetiva:

Na dimensão objetiva, cumpre ao juiz avaliar se há indicadores de viabilização de efetivo relacionamento de afinidade e afetividade entre adotantes e adotando. Na dimensão objetiva, serão observadas as condições que ofereçam ambiente e convivência familiar adequados, em cumprimento ao princípio da prioridade absoluta previsto no art. 227 da Constituição, que assegurem o direito ao filho à saúde, à segurança, à educação, à formação moral e ao afeto.<sup>42</sup>

Em se tratando de adoção de menores, durante o trâmite do processo será determinado, de ofício ou a pedido dos interessados, estudo social para avaliar o caso, a ser feito preferencialmente por equipe interprofissional (assistentes sociais, psicólogos, etc.). Referido estudo é recomendável para melhor fixação do estágio de convivência, eis que a adoção para ser deferida deve ser antecedida de estágio de convivência entre adotante e adotando.

O prazo para o estágio de convivência é fixado pelo magistrado, de acordo com as circunstâncias do caso. Por isso a importância do estudo social, para se avaliar melhor as circunstâncias. Conforme previsão do Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>43</sup>, tal período só poderá ser dispensado pelo juiz caso o menor já esteja

---

<sup>42</sup> Ibidem.

<sup>43</sup> Art. 46. A adoção será precedida de estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo que a autoridade judiciária fixar, observadas as peculiaridades do caso.

§ 1º O estágio de convivência poderá ser dispensado se o adotando já estiver sob a tutela ou guarda legal do adotante durante tempo suficiente para que seja possível avaliar a conveniência

sob a tutela ou guarda legal do adotante por tempo suficiente para que seja possível avaliar o vínculo. A simples guarda de fato não é hipótese de dispensa da realização do estágio de convivência.

Sobre o estágio de convivência, aponta Silvio de Salvo Venosa que tem por finalidade adaptar a convivência do adotando ao novo lar. Nesse período se consolida a vontade de adotar e de ser adotado. Além disso, aduz o autor que, durante tal período, o juiz e seus auxiliares terão a oportunidade de avaliar a conveniência da adoção<sup>44</sup>.

Durante o processo, a opinião do adotando deverá ser devidamente considerada, nos termos do art. 28, §1º do Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>45</sup>, bem como nos termos do art. 12, n.1 da Convenção sobre os Direitos da Criança<sup>46</sup>. Sobre esse assunto, bem interessante os pontos levantados por Maria Celina Bodin de Moraes<sup>47</sup>. A autora defende a necessidade do reconhecimento da capacidade de ação das crianças e adolescentes para o exercício de seus direitos fundamentais, incluindo-se aí o direito de expressar sua opinião. Mesmo que os menores sejam sujeitos ao poder familiar, entende a jurista que há que se inverter a sua presunção de incapacidade. O reconhecimento de sua capacidade afastaria a sua sujeição às escolhas dos outros, sendo tratada devidamente como pessoa. Efetivamente, esse olhar de Maria Celina Bodin de Moraes contribuiu para se compreender a importância de se dar voz aos incapazes nos processos judiciais que participam, para que possam

---

da constituição do vínculo.

§ 2º A simples guarda de fato não autoriza, por si só, a dispensa da realização do estágio de convivência.

<sup>44</sup> VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil: Direito de Família**. 6 ed. São Paulo, Atlas, 2006, pág. 304.

<sup>45</sup> Art. 28. A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei. (cont.)  
§ 1º Sempre que possível, a criança ou o adolescente será previamente ouvido por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida, e terá sua opinião devidamente considerada.

<sup>46</sup> Artigo 12 - 1. Os Estados Partes assegurarão à criança que estiver capacitada a formular seus próprios juízos o direito de expressar suas opiniões livremente sobre todos os assuntos relacionados com a criança, levando-se devidamente em consideração essas opiniões, em função da idade e maturidade da criança.

<sup>47</sup> MORAES, Maria Celina Bodin de. **A nova família de novo** – Estruturas e funções das famílias contemporâneas. In: Pensar, Fortaleza, v. 18, n. 2, mai./ago. 2013, págs. 587-628

ao menos expor suas opiniões de acordo com os seus interesses.

Ainda sobre essa questão da oitiva dos adotandos, Caio Mário da Silva Pereira defende que a colhida da declaração deve ser sempre formal, com a presença do Ministério Público e de advogado. Para o autor, a oitiva informal seria meio de prova atípico, podendo-se correr o risco de violar o princípio da ampla defesa e contraditório, eis que não propicia segurança suficiente às partes para provar a verdade dos fatos<sup>48</sup>.

Enfim, sobre a sentença dos autos de adoção, deve-se saber que possui eficácia constitutiva, constituindo o vínculo da adoção e produzindo efeitos a partir de seu trânsito em julgado. A única exceção a essa regra é quanto à adoção póstuma, onde os efeitos retroagirão à data do óbito do adotante.

Essa sentença será então inscrita no registro civil, não podendo haver nenhuma observação quanto à origem do ato. O registro anterior do adotado será cancelado, e o novo consignará o nome dos adotantes como pais, assim como o nome dos ascendentes.

Dada a conjuntura do processo de adoção, bem como do instituto em si e do fenômeno da adoção tardia, caberá tratar no próximo capítulo sobre os direitos humanos garantidos à criança e ao adolescente, em especial aqueles que estariam sendo violados em virtude do fenômeno estudado.

---

<sup>48</sup> PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Atual. Tânia da Silva Pereira. 23 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015, pág. 466.

## 2. OS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O objetivo do presente capítulo consiste em explorar os direitos humanos garantidos à criança e ao adolescente, a fim de se descobrir quais reflexos nesse âmbito estariam sendo criados diante da problemática da adoção tardia em nosso país.

### 2.1 Os direitos humanos da criança e do adolescente na ordem jurídica nacional e internacional

Os direitos humanos consistem naqueles a que o indivíduo faz jus simplesmente em virtude de sua condição humana. Diz-se que a criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), em 1948, marcou a fundação do movimento moderno de direitos humanos, colocando o ser humano no centro do direito internacional<sup>49</sup>.

Segundo os ensinamentos de Flávia Piovesan:

A Declaração Universal de 1948 objetiva delinear uma ordem pública mundial fundada no respeito à dignidade humana, ao consagrar valores básicos universais. Desde seu preâmbulo, é afirmada a dignidade inerente a toda pessoa humana, titular de direitos iguais e inalienáveis. Vale dizer, para a Declaração Universal a condição de pessoa é o requisito único e exclusivo para a titularidade de direitos.<sup>50</sup>

Diante disso, os direitos humanos da criança e do adolescente constituem temática com certa especificidade dentro do âmbito geral dos direitos humanos. O infante goza de um status diferenciado em termos de direitos humanos em decorrência de sua vulnerabilidade, a qual demanda tratamento especial. A Declaração Universal dos Direitos Humanos tratou de reconhecer à infância o direito a cuidados especiais:

Art. 25. 2. A maternidade e a infância têm direito a ajuda e a assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozam da mesma proteção social.

---

<sup>49</sup> DEVINE, Carol; HANSEN, Carol Rae e WILDE, Rhaph. **Direitos Humanos**: referências essenciais. Hilary Poole (org) et al, traduzido por Fábio Larsson. São Paulo: Ed. da USP, 2007.

<sup>50</sup> PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 14. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013, pág. 205.

A criança também fora objeto de outros documentos internacionais, como a Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança (1924); Declaração sobre os Direitos da Criança (1959); Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (1966) e Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966). Desses, cumpre salientar a Declaração sobre os Direitos da Criança, de 1959, e a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, de 1989. Do primeiro diploma destaca-se principalmente o direito à proteção contra o abandono; o direito ao amor e à compreensão por parte dos pais e da sociedade; bem como o direito à moradia, alimentação, lazer e serviços médicos adequados. Já em relação ao segundo diploma internacional, cumpre fazer menção à proteção da criança privada de ambiente familiar (art. 20), e o interesse superior da criança nos processos de adoção (art. 21).

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança foi ratificada pelo ordenamento brasileiro através do Dec. nº 99.710/1990, por meio do qual determinou-se a execução e o cumprimento da referida convenção em seus moldes originais e integrais. Tal Convenção, conforme pontua Flávia Piovesan, consiste no tratado internacional de proteção aos direitos humanos com o maior número de ratificações na história<sup>51</sup>. Consultando dados do presente ano, verifica-se que há um total de 195 países que ratificaram o tratado em questão<sup>52</sup>.

Referida Convenção cuidou de definir, já em seu primeiro artigo, a criança segundo um critério etário, considerando como tal todo ser humano com menos de dezoito anos de idade<sup>53</sup>. Nesse sentido, vai reconhecer a criança como verdadeiro sujeito de direitos, digna de proteção integral e de prioridade absoluta. Por meio dela, instituiu-se o chamado “Comitê sobre os Direitos da Criança”, com a função de fiscalizar os direitos por ela tutelados, determinando o envio de relatórios periódicos pelos países que fazem parte.

Indo para o plano nacional, vê-se que a nossa Constituição Federal de 1988, já

---

<sup>51</sup> Ibidem, pág. 276.

<sup>52</sup> Dados disponíveis em: <<http://nacoesunidas.org/onu-com-adesao-do-sudao-do-sul- apenas-eua-nao-ratificaram-convencao-sobre-os-direitos-das-criancas/>> Acesso em 07 de outubro de 2015.

<sup>53</sup> Art. 1º: Para efeitos da presente Convenção, considera-se como criança todo ser humano com menos de dezoito anos de idade, a não ser que, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioria seja alcançada antes.



mesmo antes da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), atribuiu sede constitucional a diversos direitos destinados à criança, a qual passou, definitivamente, de objeto para sujeito de direitos. Deste modo, o art. 227 assim dispõe:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Somando-se a tudo isso, o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, acabou por trazer à infância e à adolescência do Brasil um sistema legal bastante completo em termos de proteção, consagrando-se o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente. Foram estabelecidas normas protetivas, pensadas de acordo com a condição de desenvolvimento e de vulnerabilidade da criança. No entanto, é claro, falar em completude do sistema não significa falar em perfeita eficácia de seus dispositivos. Na prática, muitas dessas normativas não são verificadas, bastando se ver, por exemplo, as más-condições de abrigos destinados às muitas crianças que aguardam a adoção. Em Porto Alegre/RS, de 47 abrigos vistoriados em 2014, apenas um não colocava a saúde dos acolhidos em risco<sup>54</sup>.

Não obstante, com a Constituição Federal de 1988, com o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como com os tratados internacionais, a Doutrina da Proteção Integral passou a ser o referencial teórico na tutela dos direitos da criança, a qual parte da premissa de que o menor está em peculiar condição de desenvolvimento a ser respeitada. A sua vulnerabilidade natural faz com que necessite de meios para construir todas as potencialidades humanas.

Dentro do sistema atual brasileiro de proteção à criança, a convivência em ambiente familiar é colocada como diretriz em situações de pobreza, tendo o abrigo como medida de proteção adotada somente em situações extremas e, ao menos em tese, por curto período de tempo.

---

<sup>54</sup> COSTA, Fernanda da. **Abrigos públicos para crianças são insalubres em Porto Alegre.** Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/09/abrigos-publicos-para-criancas-sao-insalubres-em-porto-alegre-4588188.html>> Acesso em 12 de outubro de 2015.

Tanto é assim que o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 34, § 1º, coloca o acolhimento familiar em patamar de preferência em relação ao acolhimento institucional, in verbis:

Art. 34. O poder público estimulará, por meio de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, o acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente afastado do convívio familiar.

§ 1º A inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar terá preferência a seu acolhimento institucional, observado, em qualquer caso, o caráter temporário e excepcional da medida, nos termos desta Lei.

Parece bem claro que tal ordem de preferência é colocada pelo legislador para que as violações aos direitos da criança sejam minimizadas ao máximo. O acolhimento em instituição, considerando todas as suas características, muitas vezes apenas agrava ainda mais a situação do infante.

## 2.2 O direito à convivência familiar

Conforme visto há pouco, o direito à convivência familiar é estabelecido de forma direta pela Constituição Federal em seu artigo 227. Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente traz a previsão em seus artigos 4º<sup>55</sup> e 19<sup>56</sup>.

De outro lado, a Convenção sobre os Direitos da Criança não traz de forma expressa o direito à convivência familiar, no entanto, coloca na família a responsabilidade de prover o desenvolvimento da criança<sup>57</sup>. Vale dizer, é na família que a criança deve ter suporte para um crescimento saudável.

A definição de família é colocada pelo preâmbulo da convenção como

<sup>55</sup> Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

<sup>56</sup> Art. 19. Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

<sup>57</sup> Art. 27. (...) 2. Cabe aos pais, ou a outras pessoas encarregadas, a responsabilidade primordial de propiciar, de acordo com suas possibilidades e meios financeiros, as condições de vida necessárias ao desenvolvimento da criança.

(...) grupo fundamental da sociedade e ambiente natural para o crescimento e bem-estar de todos os seus membros, e em particular das crianças, deve receber a proteção e assistência necessárias a fim de poder assumir plenamente suas responsabilidades dentro da comunidade.

Neldemar José Fachinetto<sup>58</sup>, ponderando que um conceito jurídico do termo não é suficiente para abarcar todos os formatos de família existentes na sociedade contemporânea, prefere se utilizar da definição feita pelo Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (2006), o qual pontuou que a família consiste em:

grupo de pessoas com laços de consangüinidade, de aliança, de afinidade, de afetividade ou de solidariedade, cujos vínculos circunscrevem obrigações recíprocas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero. Arranjos familiares diversos devem ser respeitados e reconhecidos como potencialmente capazes de realizar as funções de proteção e de socialização de suas crianças e adolescentes.

Quanto à Convenção sobre os Direitos da Criança, vislumbra-se também a atenção especial voltada para as crianças privadas de seu ambiente familiar:

#### Artigo 20

1. As crianças privadas temporária ou permanentemente do seu meio familiar, ou cujo interesse maior exija que não permaneçam nesse meio, terão direito à proteção e assistência especiais do Estado.
2. Os Estados Partes garantirão, de acordo com suas leis nacionais, cuidados alternativos para essas crianças.
3. Esses cuidados poderiam incluir, inter alia, a colocação em lares de adoção, a kafalah do direito islâmico, a adoção ou, caso necessário, a colocação em instituições adequadas de proteção para as crianças. Ao serem consideradas as soluções, deve-se dar especial atenção à origem étnica, religiosa, cultural e lingüística da criança, bem como à conveniência da continuidade de sua educação.

Deste modo, os Estados Partes, ao assinarem o tratado, comprometem-se a fornecer cuidados especiais a toda criança privada de seu ambiente familiar, incluindo-se aí a possibilidade de adoção, sempre buscando resguardar a sua identidade.

---

<sup>58</sup> FACHINETTO, Neidemar José. O direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. **Revista do Ministério Público do RS**. Porto Alegre, n. 69, maio/2011, págs. 197/210.

Wlademir Paes de Lira<sup>59</sup> entende que o direito da criança e do adolescente à convivência familiar é “um direito humano fundamental”<sup>60</sup>, possuindo autoaplicabilidade. Nesse sentido, importante observação fez o referido autor ao pontuar que o direito à convivência familiar enquadra-se tanto na categoria de direito humano quanto na de direito fundamental. Isso porque possui origem natural, estando previsto em diversos diplomas internacionais, e também está previsto expressamente no texto constitucional.

Segundo o mesmo autor, ainda, o direito à convivência familiar é autoaplicável, eis que não tem necessidade de regulamentação infraconstitucional. Tal direito não pode ser eliminado por norma constitucional ou infraconstitucional, cabendo à sociedade como um todo cuidar para garantir a sua plena efetivação.

Neldemar José Fachinetto defende que a convivência familiar é, para além de um direito, uma necessidade básica da criança e do adolescente, uma vez que é na família que se estabelece a sua primeira relação de afeto<sup>61</sup>. A família consiste no primeiro agrupamento de inserção do ser humano, o qual dará suporte fundamental ao seu desenvolvimento inicial e à sua personalidade. A maturidade emocional está estreitamente ligada à entidade familiar da pessoa.

Segundo o entendimento do referido autor:

O direito a ter uma família é um dos direitos fundamentais de toda pessoa,

<sup>59</sup> LIRA, Wlademir Paes. Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e uma Perspectiva de Efetividade no Direito Brasileiro. In: **Família e Responsabilidade: Teoria e Prática do Direito de Família**. Coordenado por Rodrigo da Cunha Pereira. Porto Alegre: Magister/IBDFAM, 2010.

<sup>60</sup> Quanto à sua terminologia adotada, explica o autor que: “Embora seja utilizado, na maioria da doutrina, direitos humanos e direitos fundamentais como coisas distintas, que na verdade o são, a expressão direito humano fundamental não nos parece equivocada, pelo contrário, convive harmoniosamente tanto na perspectiva teórica como na empírica, já que podemos ter um direito considerado exclusivamente como direito humano, quando sua proteção se expressa apenas no plano supra-estatal ou natural, o direito humano fundamental, quando se expressa também no âmbito interno do Estado, quer seja através da recepção de tratados ou de previsão no próprio texto constitucional, e os direitos fundamentais, quando positivados no texto da Constituição, razão pela qual, utilizaremos para desenvolvimento do direito aqui analisado, a terminologia direito humano fundamental.” (pág. 532). Ainda, entende que “embora a ideia de Direitos Humanos – ou a proteção do ser humano – seja mais antiga do que o constitucionalismo, ela ganha um peso muito grande com o constitucionalismo, podendo-se, a partir daí, falar-se em Direitos Humanos Fundamentais propriamente ditos.” (pág. 542)

<sup>61</sup> FACHINETTO, Neidemar José. O direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. **Revista do Ministério Público do RS**. Porto Alegre, n. 69, maio/2011, págs. 197/210.

especialmente àquelas em pleno desenvolvimento, pois a família é tida como o núcleo básico de criação e manutenção de laços afetivos. Tal direito não significa apenas o simples fato de nascer e viver em uma família, mas vai além disso expressando o direito a ter vínculos através dos quais a criança se introduz em uma cultura e em uma sociedade, tornando-se, de fato e de direito, cidadão.<sup>62</sup>

Por sua vez, Sérgio Rezende de Barros coloca que, no direito de família, o direito humano fundamental de todos os outros é o próprio direito à família. Não se poderia pensar nem mesmo no direito à vida sem se pensar na família. Todos os outros direitos humanos, na perspectiva do autor, se realizam mais efetivamente desde que dentro do ambiente familiar, local onde são amparados pelo afeto<sup>63</sup>.

Os autores Adriana Antunes Maciel Aranha Hapner, Ana Carla Harmatiuk Matos, Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk, Jussara Maria Leal de Meirelles, Luiz Edson Fachin, Marcos Alves da Silva e Silvana Maria Carbonera observam que a convivência em ambiente familiar inspira um ato de cuidar, um sentimento de zelo e apoio mútuo. Quando a adversidade se instaura, há a necessidade de tutela pública para se proteger o princípio da prevalência da família<sup>64</sup>.

Diante da importância da entidade da família para o desenvolvimento regular da criança e do adolescente, consequência lógica reside no fato de que, em ocorrendo o abandono ou a institucionalização da criança ou do adolescente, a sua reinserção em ambiente familiar deve ser prioridade absoluta.

Nesse sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente, através do art. 28, traz a possibilidade de, nos casos em que seu retorno à sua família de origem não lhe seja benéfico, colocação da criança em família substituta, mediante guarda, tutela ou adoção. Com isso, cuidou o legislador de estabelecer alternativas para uma, ao menos teórica, rápida colocação na nova família. Explicando tais alternativas, temos a possibilidade de deferimento de guarda em processo de preparação à adoção (art. 33,

---

<sup>62</sup> Ibidem, pág. 200.

<sup>63</sup> BARROS, Sérgio Rezende de. Direitos Humanos da Família: dos fundamentais aos operacionais. In: **Afeto, Ética, Família e o novo Código Civil**. Coordenado por Rodrigo da Cunha Pereira. Belo Horizonte: Del Rey, 2004, págs. 607/620.

<sup>64</sup> HAPNER, A.A.M.A.; MATOS, A.C.H.; RUZYK, C.E.P.; MEIRELLES, J.M.L.; FACHIN, L.E.; SILVA, M.A.; CARNONERA, S.M. O princípio da prevalência da família: a permanência do cuidar. In: **O cuidado como valor jurídico**. Coordenado por Tânia da Silva Pereira e Guilherme de Oliveira. Rio de Janeiro: Forense: 2008.

§4º e art. 157 do ECA), bem como o estímulo por parte do poder público ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente afastado do convívio familiar (art. 34 do ECA).

A fim de se minorar os possíveis choques da colocação em família substituta, o Estatuto da Criança e do Adolescente determinou dever ser privilegiado o grau de parentesco e as relações de afetividade pré-existentes em relação ao menor (art. 34, §3º).

No entanto, em havendo o acolhimento institucional da criança e do adolescente, a situação se agrava. Conforme visto, a convivência familiar é, para além de direito, necessidade do infante a fim de que tenha um desenvolvimento saudável. A família é aquela entidade que lhe dará o suporte para que cresça em sua plenitude, formando os laços afetivos necessários a toda criança. O infante, cada um com suas características, necessita de um cuidado individualizado por parte de sua família. Vivendo em instituições, tal cuidado individual muitas vezes não será possível.

De acordo com Fachinetto:

O afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar traz nefastas consequências para o desenvolvimento neuro-fisio-psicológico, além de dificultar a capacitação individual e subjetiva à vida em família e em comunidade. Tal quadro se agrava quando, como solução para este afastamento, a criança ou adolescente é colocada em instituições que, sob o fi el pretexto de protegê-las, na prática, acabam as afastando do convívio familiar e comunitário.<sup>65</sup>

É de se saber que o acolhimento institucional é definido pelo ECA como medida provisória e excepcional, possuindo caráter transitório até a reinserção da criança em ambiente familiar (art. 101, §1º). Tal caráter instrumental deve ser sempre observado diante de todos os prejuízos que a medida causa ao bom desenvolvimento da criança.

Importante pontuar também que, uma vez determinado o acolhimento da criança em instituição, há que se proceder às revisões periódicas da medida, a serem feitas a cada seis meses, no mínimo (art. 19, §1º do ECA). Tais disposições do legislador demonstram que, mesmo quando for imprescindível, o acolhimento institucional deve ser realizado visando ao retorno da criança ao convívio familiar, seja

---

<sup>65</sup> FACHINETTO, Neidemar José. O direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. **Revista do Ministério Público do RS**. Porto Alegre, n. 69, maio/2011, pág. 207.

na família natural ou substituta.

Tânia da Silva Pereira defende que “o abrigo não pode ser depósito de crianças e adolescentes”<sup>66</sup>. Consoante a autora, a ausência de identificação com alguma pessoa de forma continuada e afetiva, bem como a ausência de uma referência familiar segura ocasiona o “hospitalismo” e o “quadro psicotizante” no menor abrigado.

Em informativo disponibilizado em seu sítio eletrônico, o Ministério Público Federal relata algumas das dificuldades encontradas em crianças que passam a viver em instituições de abrigo:

Quando há um número elevado de crianças e adolescentes vivendo em um abrigo, é difícil dar a eles um atendimento individualizado. De acordo com psicólogos, se uma situação assim se prolonga por muito tempo, pode provocar grande carência afetiva, dificuldade para estabelecer vínculos, baixa autoestima, atrasos no desenvolvimento psicomotor e pouca familiaridade com rotinas familiares. Nesses casos, crianças e adolescentes também têm dificuldade para adquirir sentimento de pertencimento e adaptar-se ao convívio em família e na comunidade.<sup>67</sup>

Enfim, o que se deve frisar é que o direito à convivência familiar é direito de toda criança, garantido internacional e constitucionalmente. São notórios os potenciais danos aos infantes privados desse direito, mesmo na situação em que o acolhimento em instituição for necessário em termos de proteção. Deste modo, devem ser garantidos os princípios da provisoriedade e instrumentalidade estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, para que a criança seja restabelecida em seu direito humano à convivência familiar o mais rápido possível.

### 2.3 O direito à vida em condições adequadas

Um segundo direito humano garantido à criança e ao adolescente que precisa

<sup>66</sup> PEREIRA, Tânia da Silva. Abrigo e alternativas de acolhimento familiar. In: **O cuidado como valor jurídico**. Coordenado por Tânia da Silva Pereira e Guilherme de Oliveira. Rio de Janeiro: Forense: 2008, pág. 318.

<sup>67</sup> MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Como é a vida de crianças e adolescentes nos abrigos?** Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/educacao/artigos/48764/referencias-bibliograficas-tiradas-na-internet-como-colocar-no-trabalho>> Acesso em: 12 de outubro de 2015.

ser tratado é o direito à vida em condições adequadas.

Tal direito é previsto expressamente pela Convenção sobre os Direitos da Criança através de seu art. 27<sup>68</sup>. Um nível de vida adequado à criança abrange, certamente, o convívio familiar, reiterando-se todas as considerações feitas no ponto anterior. No entanto, não se esgota em tal. Seu pleno desenvolvimento dependerá igualmente de condições básicas de vida, tais como alimentação, saúde e moradia.

Conforme consignado pela Secretaria de Direitos Humanos em sua publicação “Direito à moradia adequada”<sup>69</sup>, a moradia adequada é entendida sobre o prisma de três elementos: liberdades, garantias e proteções. Aí incluem-se, em síntese, o direito de escolher a própria residência, o acesso não discriminatório à moradia adequada, proteção contra remoção forçada, etc. Ter uma moradia adequada não se resume na estrutura física em si, envolvendo também acesso à infraestruturas essenciais à vida (saneamento, energia, água).

Parece evidente que o bem-estar geral do ser humano é diretamente influenciado pela qualidade da habitação em que vive. Em se falando de crianças, a evidência é maior ainda. Conforme considerado durante todo este trabalho, os infantes se encontram em um estado de vulnerabilidade devido à sua especial condição de desenvolvimento.

Nesse sentido, a falta de uma moradia adequada terá sérios impactos ao desenvolvimento da criança e do adolescente ante as suas necessidades específicas. Pode-se dizer que os menores são mais dependentes de sua habitação, eis que tem nela uma figura de proteção e permanência. A violação ao seu direito à moradia adequada poderá prejudicar outros direitos humanos que lhe são garantidos, como o

---

<sup>68</sup> Art. 27

1. Os Estados Partes reconhecem o direito de toda criança a um nível de vida adequado ao seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social. 2. Cabe aos pais, ou a outras pessoas encarregadas, a responsabilidade primordial de propiciar, de acordo com suas possibilidades e meios financeiros, as condições de vida necessárias ao desenvolvimento da criança. 3. Os Estados Partes, de acordo com as condições nacionais e dentro de suas possibilidades, adotarão medidas apropriadas a fim de ajudar os pais e outras pessoas responsáveis pela criança a tornar efetivo esse direito e, caso necessário, proporcionarão assistência material e programas de apoio, especialmente no que diz respeito à nutrição, ao vestuário e à habitação. (...)

<sup>69</sup> Brasil. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Direito à moradia adequada**. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013



direito à saúde, segurança, educação, etc.

Diante da importância crucial da moradia para o desenvolvimento da criança, atenção especial merece aquelas que tem os abrigos e as instituições como moradia, mesmo que teoricamente provisória. A sua “estadia” na instituição deve ser a menos agressiva possível e isso vai envolver o ambiente do lugar.

Segundo dados do Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescente da Rede SAC<sup>70</sup>, realizado pelo IPEA no ano de 2003, o percentual de instituições que possuíam ligação com a rede geral de esgoto na região norte e centro-oeste, por exemplo, foram de 32% e 31,7%, respectivamente. Não obstante não se tenha encontrado dados oficiais mais atualizados, basta um rápido olhar no noticiário do país se dar conta de que a situação dos abrigos em termos de infraestrutura não parece ter evoluído muito<sup>71</sup>.

Simone Guerresi de Mello pontua que as discussões sobre o reordenamento dos abrigos com vistas à adequação aos preceitos do ECA têm dado atenção em especial às suas estruturas físicas<sup>72</sup>. Com isso, relata a autora que a questão é tratada segundo três perspectivas: aspecto externo do abrigo, configuração interna dos espaços e as atividades que devem ser previstas. Tanto o aspecto externo quanto a configuração interna devem assemelhar-se a lares comuns, evitando placas nominativas e dormitórios gigantes. Os ambientes devem ser pensados de modo que se possibilite o espaço individual de cada um, a fim de que não percam a própria identidade. Vale dizer, o espaço físico deve estar adaptado a uma rotina normal da criança, o mais próximo possível de um ambiente familiar propriamente dito.

É claro que, conforme a referida autora defende, mesmo que seguindo todas essas recomendações a risca, ainda se terá uma instituição, nunca se conseguindo

---

<sup>70</sup> Dados disponíveis em: [http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/ipea/direito\\_a\\_conviv\\_familiar\\_ipea\\_2004.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/ipea/direito_a_conviv_familiar_ipea_2004.pdf) Acesso em 12 de outubro de 2015.

<sup>71</sup> COSTA, Fernanda da. **Abrigos públicos para crianças são insalubres em Porto Alegre**. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/09/abrigos-publicos-para-criancas-sao-insalubres-em-porto-alegre-4588188.html> Acesso em 12 de outubro de 2015.

<sup>72</sup> MELLO, Simone Guerresi de. **O ambiente físico no qual vivem crianças e adolescentes em situação de abrigo**. In: O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Coordenado por Enid Rocha Andrade Silva. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

chegar a uma casa residencial perfeita. No entanto, teremos um ambiente notoriamente mais benéfico ao desenvolvimento da criança durante o tempo que precisar residir. Não há que se esquecer da provisoriedade e instrumentalidade da medida de acolhimento.

Sobre a vida da criança em abrigos, pontua Tânia da Silva Pereira:

No que concerne aos recursos humanos nos abrigos, destacam-se funcionários, educadores e membros da equipe técnica, normalmente composta por assistentes sociais, psicólogos e pedagogos. A presença sistemática de um agente de saúde é fundamental para o desenvolvimento da prevenção, incluindo visitas periódicas de oftalmologista, dentista e pediatria.<sup>73</sup>

Enfim, à criança e ao adolescente abrigados devem ser garantidos condições adequadas de vida nas instituições, em razão de suas condições de seres humanos em desenvolvimento.

## 2.4 O direito à não discriminação

Por fim, o terceiro direito humano da criança a ser aqui tratado consiste no direito à não discriminação. Na Convenção sobre os Direitos da Criança, referido direito é expresso logo no artigo segundo:

### Artigo 2

1. Os Estados Partes respeitarão os direitos enunciados na presente Convenção e assegurarão sua aplicação a cada criança sujeita à sua jurisdição, sem distinção alguma, independentemente de raça, cor, sexo, idioma, crença, opinião política ou de outra índole, origem nacional, étnica ou social, posição econômica, deficiências físicas, nascimento ou qualquer outra condição da criança, de seus pais ou de seus representantes legais.
2. Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar a proteção da criança contra toda forma de discriminação ou castigo por causa da condição, das atividades, das opiniões manifestadas ou das crenças de seus pais, representantes legais ou familiares.

Por sua vez, no Estatuto da Criança e do Adolescente, observamos que o direito à não discriminação é colocado no art. 5º, o qual dispõe expressamente que

<sup>73</sup> PEREIRA, Tânia da Silva. Abrigo e alternativas de acolhimento familiar. In: **O cuidado como valor jurídico**. Coordenado por Tânia da Silva Pereira e Guilherme de Oliveira. Rio de Janeiro: Forense: 2008, pág. 322.

nenhuma criança poderá ser objeto de qualquer forma de discriminação.

Nossa Carta Magna declara que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (art. 5º). Elenca, ainda, a promoção do bem de todos sem qualquer forma de discriminação (incluindo-se aí a de idade) como um dos objetivos fundamentais da nação (art. 3º, inciso IV).

Diante disso, tais dispositivos devem ser observados com um maior rigor nos casos das crianças e adolescentes estereotipadas com o rótulo de “velhas” em termos de adoção. Estamos aqui com um problema visivelmente de discriminação em razão da idade, discriminação essa que contribuirá para mantê-los na espera da nova família por tempo indeterminado, violando seus direitos humanos, em especial os vistos anteriormente (convivência familiar e vida em condições adequadas).

Preconceito, estereótipo e discriminação são conceitos distintos, conforme pontua Nelson Joaquim<sup>74</sup>. Preconceito é o julgamento prévio de algo ou alguém com base em estereótipos. Estereótipo, por sua vez, é um fato estabelecido, é uma convicção, por meio da qual se “carimba” uma pessoa e deixa-se de avaliá-la com base em suas reais qualidades. Em seu turno, a discriminação é ação ou omissão que resulta em violação de direitos pela distinção em função de raça, sexo, idade, religião, etc. Ainda, podemos consignar que a discriminação faz referência a “toda exclusão, restrição ou privilégio que não seja objetivo e razoável, que redunde no detrimento dos direitos humanos”<sup>75</sup>.

O princípio da igualdade, grande norteador do direito internacional, possui a finalidade de impedir e eliminar todas as formas de discriminação. Isabel Penido de Campos Machado defende que o direito à igualdade e o dever de não discriminação são considerados complementares e correlatos, constituindo faces de uma mesma moeda<sup>76</sup>.

---

<sup>74</sup> JOAQUIM, Nelson. **Igualdade e discriminação**. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2652/Igualdade-e-discriminacao>> Acesso em 14 de outubro de 2015.

<sup>75</sup> Corte Interamericana de Derechos Humanos, Opinión Consultiva n.º 18/03: **Condición Jurídica y Derechos de los Migrantes Indocumentados**, set. 2003, par. 84 (trad. livre).

<sup>76</sup> MACHADO, Isabel Penido de Campos. O princípio da igualdade no Sistema Interamericano de Derechos Humanos: do tratamento diferenciado ao tratamento discriminatório. In: OLIVEIRA, Márcio Luis. **Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos: Interfaces com o Direito Constitucional Contemporâneo**. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2007, págs. 123/144.

Conforme se verá no capítulo seguinte, a sociedade é permeada por preconceitos em relação à criança estereotipada como “velha” para a adoção, o que gera a discriminação ao se preterir-las na escolha do filho para adotar. Além disso, podemos ver o não raro preconceito pelo fato de ser uma pessoa criada em abrigo.

Em um olhar mais longe, vemos que a ausência de políticas públicas para o auxílio daqueles que saem das instituições ao completar a maioridade agravam os reflexos da discriminação. Na prática, as crianças discriminadas para a adoção acabam crescendo nas casas-lares e, ao sair por completarem a maioridade, se encontram completamente sozinhas e sem suporte na aventura de descobrir o mundo externo. Em suma, a proteção teórica dada ao direito à não discriminação da criança não encontra, infelizmente, total respaldo fático em se tratando de adoção tardia no país.

### 3. AS DIFICULDADES DA ADOÇÃO TARDIA NO BRASIL: EM BUSCA DE SOLUÇÕES

No capítulo anterior, vimos os direitos humanos garantidos à criança e ao adolescente, em especial aqueles diretamente ligados aos infantes que estão aguardando uma nova família – o direito à convivência familiar, o direito à vida em condições adequadas e o direito à não discriminação. Muito embora protegidos em patamar internacional e constitucional, não se vê, infelizmente, sua plena eficácia na prática. Em tal sentido, entende-se que essas dificuldades na garantia de seus direitos humanos, vale dizer, as dificuldades em se disseminar a adoção tardia no país, vão ter origem em vários âmbitos, abrangendo aspectos sociais e jurídicos. Cumpre então explorar alguns, para depois se indicarem possíveis saídas para a problemática retratada.

#### 3.1 Os aspectos sociais: os fatores psicológicos e culturais da sociedade na discriminação das crianças mais velhas à espera da adoção

Dados nacionais indicam que, nos dias atuais, uma criança maior de dois anos de idade tem menos chances de ser adotada do que um recém-nascido. A pergunta que surge é: o que estaria por trás dessa preferência por parte dos candidatos a adotar? Vale dizer, o que envolve os aspectos sociais da visível recusa por parte de parcela da sociedade em se adotar uma criança mais velha?

Ao que parece, os aspectos sociais que circundam a questão envolvem fatores psicológicos e culturais. Há muitos mitos que criam grandes obstáculos à adoção tardia. Consoante sustenta Mário Lázaro Camargo, a preferência pelos recém-nascidos por parte do imaginário da sociedade advém de uma série de expectativas, como: a possibilidade de uma adaptação mais tranquila entre o filho e os pais; o acompanhamento integral de todo o desenvolvimento físico e psicossocial da criança; oportunidade de construir uma “história familiar” desde os primeiros dias do filho; maiores chances de apagar as marcas do abandono sofrido pela criança; etc<sup>77</sup>.

---

<sup>77</sup> CAMARGO, Mário Lázaro. **Adoção tardia**: representações sociais de famílias adotivas e postulantes à adoção (mitos, medos e expectativas). Assis, 2005. Disponível em:

De outro lado, elenca o autor uma lista de motivos que têm levado casais a desistirem da adoção, em especial da tardia: medo de que a criança, após longo tempo institucionalizada, não se adapte à realidade em família de modo definitivo; o mito de que os desejos de conhecer e/ou voltar à família biológica serão intensificados ao longo de seu desenvolvimento; a burocracia que leva a uma longa espera na fila da adoção; e o medo de que a criança volte para a família de origem após deferida a guarda provisória em seu favor.

Os mitos que circundam a sociedade, aqui interessando os referentes à temática da adoção tardia, consistem em uma forma de expressão do pensamento coletivo. Eles são gerados por preconceitos, e por sua vez irão gerar a cultura, a qual retroalimentará crenças, medos e expectativas. Nas palavras de Lúcia Weber:

O preconceito se desenvolve a partir das influências que experiências passadas generalizadas têm sobre os indivíduos. A sociedade cria preconceitos sobre aqueles que são estigmatizados, exclui os diferentes como uma maneira de tentar garantir a sua própria normalidade.<sup>78</sup>

As pesquisas realizadas por Marilzete Vargas<sup>79</sup> com casais que estavam tendo a experiência de adotar crianças maiores de dois anos possuem observações bastante interessantes, onde se pode visualizar na prática as dificuldades relacionadas à adoção tardia há pouco elencadas.

A autora relata que o primeiro casal estudado, Max e Ana, estavam com medo, no início, de uma possível rejeição por parte do menino que pretendiam adotar, “Ric”. Na época em que ainda estava no abrigo, o menino demonstrou uma certa indiferença ao casal em suas visitas. Aponta Vargas que tal conduta poderia ser reflexo de um temor a uma nova frustração afetiva por parte da criança.

Com a chegada da criança à residência do casal, havia o sentimento de insegurança quanto a possíveis reações de desagrado ou afastamento do menino. Os

---

<[http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/97679/camargo\\_ml\\_me\\_assis.pdf?sequence=1](http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/97679/camargo_ml_me_assis.pdf?sequence=1)> Acesso em 02 de julho de 2015

<sup>78</sup> WEBER, Lúcia Natalia Dobrianskyj. **Aspectos psicológicos da adoção**. 2 ed. 9ª reimpr. Curitiba: Juruá, 2014, pág. 19

<sup>79</sup> VARGAS, Marilzete Maldonado. **Adoção tardia**: da família sonhada à família possível. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013

preconceitos por parte dos familiares eram sempre notados em suas visitas ao casal. A maioria o via como vítima, dizendo para Ana que jamais poderia dizer “não” a ele, pois já havia sofrido muito no passado. A primeira pergunta feita pelos parentes ao casal quase sempre era “Por que não adotaram um bebê?”. A justificativa que esses parentes costumavam dar para se perguntar tal coisa, talvez para disfarçar o preconceito, seria porque, em sendo bebê, a educação seria mais fácil.

Um segundo casal entrevistado pela autora, Márcia e Pedro, chegaram a relatar que até prefeririam adotar uma criança menor, mas cederam diante da demora em se conseguir um recém-nascido, bem como diante da identificação imediata com a menina que conheceram, Cláudia. O casal solicitou a realização de exame de HIV na menina antes de adotá-la, admitindo que, em caso de resultado positivo, não iriam continuar com a adoção diante da dificuldade que haveria na convivência com os outros irmãos (o casal possuía mais três filhos biológicos). Um desses filhos, inclusive, relutava questionando o desejo dos pais em adotar, sob o argumento de que a mãe ainda poderia gerar filhos biologicamente. Destaca-se ainda o sentimento de frustração por parte da mãe ao se dar conta de que a filha adotiva não se encaixava em seu modelo fantasiado (frágil e mais próxima de si).

Relevante também alguns aspectos do terceiro casal pesquisado pela autora: José e Neuza. Muito embora tenham adotado uma menina de cinco anos (Luciana), a exigência desde o início era de que a idade fosse no máximo três. A preocupação era principalmente na capacidade em se educar uma criança já crescida. O relacionamento do casal com Luciana não foi nada bom no início, a ponto de cogitarem a possibilidade de devolvê-la para a instituição. No entanto, o comportamento da criança foi melhorando juntamente com a sua relação com os pais, que desistiram da ideia de devolução. Em uma das visitas da autora à família, a psicóloga preocupou-se em assinalar a importância em não se associar problemas de conduta, fala e adaptação escolar com a sua “situação de adotiva”.

Tratam-se de três casos que demonstram bem as expectativas que rondam a prática da adoção tardia, além de explicitarem os preconceitos vindo tanto dos pais quanto dos demais membros da família.

Ampliando o olhar, verifica-se que não somente a adoção tardia é atingida por mitos e preconceitos. A ideia geral de adoção também é alvo do imaginário da

sociedade, fato que acabará, infelizmente, atingindo a adoção tardia indiretamente. Nesse sentido, Lídia Weber<sup>80</sup> nos fornece uma série de opiniões por parte da população quanto à prática da adoção:

- “Quem já possui filhos biológicos não precisa adotar uma criança”
- “A adoção deve servir para que casais que não podem ter filhos realizem sua vontade de ser pais”
- “As pessoas que querem adotar uma criança devem poder escolher a criança que desejam” - “Algumas mulheres só conseguem engravidar depois de terem adotado uma criança, portanto, a adoção é um bom motivo para se tentar ter filhos biológicos”
- “A morte de um filho natural é motivo suficiente para um casal adotar uma criança” - “Crianças adotadas devem ser devolvidas ao Juizado (ao orfanato ou aos pais biológicos) quando surgirem problemas como desobediência ou rebeldia” - “É interessante adotar crianças com mais de 10 anos de idade para que pudessem ajudar nos serviços domésticos” - “Crianças adotadas, cedo ou tarde, trazem problemas” - “Um criança adotada sempre vai sofrer preconceitos e ser tratada diferente pelos outros”

Em tais opiniões colhidas pela referida autora, é possível reparar que o foco da adoção é invertido: encontra-se mais no interesse dos pais do que no da criança. A última opinião citada destaca-se ainda pela visível correspondência com a realidade, vale dizer, o filho adotivo muito frequentemente, para não dizer sempre, sofrerá preconceito, sendo tratado de maneira diferente pela família. Haverá uma maior piedade em situações cotidianas (a concepção de vítima que vimos no primeiro dos casos pesquisados por Marлизete Vargas ilustra a tendência), um maior receio quanto a características genéticas, assim como uma maior frustração por não se igualar a um modelo fantasiado.

Sobre os pensamentos de piedade em relação à criança adotiva, Emilisa Curi de Macedo aponta que tais opiniões quase sempre desqualificam os envolvidos, submetendo-os ao sentimento de inferioridade. Assinala que:

A base é sempre o “ouvi falar...”, “aquilo que eu acho”, opiniões sobre o que “me contaram” ou “eu que soube”, baseadas no “eu penso que poderia...” Ou aquelas opiniões de pessoas que “pensam” não estar sendo preconceituosas “não tenho nada contra mas não adotaria”, “tudo bem, mas eu não faria o mesmo, coitado”, “é uma loucura, mas...”, “você vai ficar com essa criança mesmo?”, “ela é boazinha mas foi pega para criar”, “nossa, essa criança teve

---

<sup>80</sup> WEBER, Lídia Natalia Dobrianskyj. **Aspectos psicológicos da adoção**. 2 ed. 9ª reimpr. Curitiba: Juruá, 2014, pág. 22



mesmo foi é sorte”.<sup>81</sup>

Além de ser alvo dessa visão de inferioridade, a adoção ainda é tomada sob a ótica de questões genéticas. Nesse sentido, Lídia Weber pontua que o país é dominado por uma cultura dos “laços de sangue”<sup>82</sup>, havendo uma hierarquia na qual os traços hereditários situam-se no topo. Mesmo em família com filhos adotivos, busca-se ver quais as semelhanças físicas e de personalidade entre os membros. Caso haja um mal comportamento da criança, muitas vezes se atribui a “culpa” aos “genes” da família de origem. Há um grande temor de uma carga genética desconhecida.

Os laços de sangue, nessa ótica, se tornam tão fortes a ponto de serem considerados naturais e verdadeiros. As famílias constituídas somente por vínculos biológicos são, de consequência, consideradas as legítimas. No entanto, conforme ressalta Weber, a família adotiva não pode ser tratada como artificial, já que sua essência não difere de qualquer outra. Raciocínio igual se aplica ao filho vindo de adoção:

Da mesma forma, o filho adotivo não é um filho de criação, não é artificial, nem falso ou ilegítimo. No caso das práticas culturais do nosso cotidiano, o filho adotivo tem como família de origem uma família (ou uma mãe) biológica, mas ele é filho real e verdadeiro dos seus pais adotivos!<sup>83</sup>

Todo esse temor e preconceito em relação à adoção em geral, como foi dito, vai refletir também na adoção tardia e os dados da realidade podem constatar isso. Em pesquisas de campo, Weber constatou que 43% de seus entrevistados afirmaram ter medo de adotar uma criança que viveu muito tempo em orfanato<sup>84</sup>. Interessante também se mostrou a distribuição das pessoas habilitadas para adoção junto ao

---

<sup>81</sup> MACEDO, Emilisa Curi de. Adoção: que caminho escolher? Refletir ou refletir preconceitos? In: **Adoção: aspectos jurídicos e metajurídicos**. Coordenado por Eduardo de Oliveira Leite. Rio de Janeiro: Forense, 2005, pág. 160.

<sup>82</sup> WEBER, Lídia Natalia Dobrianskyj. **Aspectos psicológicos da adoção**. 2 ed. 9ª reimpr. Curitiba: Juruá, 2014, pág. 22.

<sup>83</sup> Idem, pág. 24.

<sup>84</sup> Idem, pág. 85.

Serviço de Adoção do Juizado da Infância e da Juventude de Curitiba/PR, no ano de 1996: 19,05% desejavam crianças de até 3 meses; 26,19% de até 6 meses; 14,29% de até 1 ano; 19,05% de até 2 anos; 4,76% de até 3 anos e 2,38% de até 4 anos. A porcentagem dos que responderam “outro”, ou seja, qualquer outra idade acima dos 4 anos, foi de apenas 4,76%.

Outra estatística também se mostra bastante forte: 78,58% dos habilitados para adotar só aceitariam crianças saudáveis. Ainda, 28,57% concordaram, em parte ou totalmente, que não adotariam crianças cujos pais biológicos fossem “marginais”, por causa das características de personalidade herdadas.

Última questão a ser aqui destacada que irá influenciar no temor da adoção de crianças mais velhas consiste na criação de modelos ideais de filhos, o que acabará gerando um receio de possíveis frustrações em caso da criança já crescida não se encaixar na fantasia imaginada. Isso acabará ajudando na preferência por recém-nascidos, justamente pela possibilidade de se tentar “moldar” a criança para que se que se encaixe no modelo imaginado.

### **3.2 Os aspectos jurídicos: a lentidão do procedimento da adoção e destituição do poder familiar**

Além dos fatores sociais vistos anteriormente, as dificuldades encontradas na adoção tardia no país possui origem jurídica também, no que concerne à lentidão dos procedimentos judiciais.

Quando uma criança entra no sistema de adoção já em idade avançada, enfrenta toda a questão do preconceito por parte da sociedade visto no tópico anterior. No entanto, quando a criança entra com pouca idade ou recém-nascida, haverá também a luta contra a lentidão do procedimento, já que, quanto mais demorar, mais próxima ficará das idades consideradas “indesejadas”. Não se está dizendo que para as crianças mais velhas não importaria a duração do procedimento (evidentemente que importa, tendo em vista todas as privações de direitos humanos vistas no capítulo anterior), mas sim que a demora no trâmite parece contribuir para a criação do problema vivido pela adoção tardia. Vale dizer, crianças passando anos na espera do desenrolar de um processo de destituição do poder familiar, por exemplo, para, ao

final, quando estiverem prontas para adoção, serem indesejadas por conta de sua idade avançada.

De iniciativa do Conselho Nacional de Justiça, foi realizada neste ano de 2015 uma pesquisa sobre o tempo dos processos relacionados à adoção no Brasil<sup>85</sup>. Os resultados obtidos mostram-se bastante interessantes.

Considerando-se que a pesquisa fora realizada em âmbito nacional, constatou-se que os maiores tempos médios para processos de medidas protetivas ou destituição do poder familiar foram do Sul e Norte, com 870 e 894 dias de média, respectivamente. Só em Brasília, destacou-se que o tempo médio chega a 4 anos.

Analizou-se também o tempo de citação dos genitores no processo de destituição do poder familiar. A média da região Sul foi de 338 dias. Quanto ao tempo dos processos de habilitação para adoção, as regiões que se mostraram mais demoradas foram as Centro-oeste e Sul, com tempos médios maiores que dois anos.

A pesquisa buscou ver também se o fato da vara ser especializada refletia ou não no tempo dos processos. A conclusão a que se chegou foi afirmativa. O tempo médio em varas especializadas do estado de São Paulo era significativamente menor em relação a varas não especializadas, principalmente se tratando de processo de perda do poder familiar e habilitação para adoção.

Relevante também se mostrou a parte qualitativa da pesquisa. Entrevistaram-se diversos profissionais como assistentes sociais, juízes, psicólogas e promotores, a fim de se retirar impressões a respeito do tempo dos processos referentes a adoção. Dentre algumas opiniões, podemos destacar os seguintes pontos:

- haveria carência de profissionais nas varas;
- muitas críticas quanto ao Cadastro Nacional de Adoção (CNA), por ser desatualizado e não intuitivo, o que só leva a atrasar o processo de adoção;
- burocracia no processo, com muitos recursos interpostos pela Defensoria Pública, além da demora na busca pelos genitores no processo de destituição do poder familiar;
- falta de sensibilidade dos profissionais envolvidos, falta de conhecimento do

---

<sup>85</sup> BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Processos relacionados à adoção no Brasil: uma análise sobre os impactos da atuação do Poder Judiciário**. Coord. por Marcelo Guedes Nunes [et al.]. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2015.

tema, legalismo e tecnicismo excessivos.

Enfim, a morosidade no trâmite do processo de adoção é a infeliz realidade constatada tanto pelos dados quantitativos quanto pelos qualitativos da pesquisa realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). As causas são diversas, levando-se a concluir que o problema é estrutural.

Quanto mais lento o trâmite, mais prejuízos para as crianças e adolescentes à espera de uma nova família. A propósito, Maria Berenice Dias nos diz com muita propriedade que o juiz só “bate o martelo” para sentenciar uma adoção quando a criança passa a adolescente e este passa a adulto<sup>86</sup>. Diante disso, em suas palavras:

À medida que o tempo passa, as crianças tornam-se “inadotáveis”, palavra feia, quase um palavrão, que significa crianças que ninguém quer, seja porque já não são bebês, seja porque não são brancas, ou não são perfeitas, eis que portadoras de necessidades especiais. Pelo jeito ninguém lembra o porquê de as crianças estarem lá: ou foram abandonadas, ou os pais destituídos do poder familiar por maus-tratos ou por abuso sexual. Nessa hipótese, aliás, é bem mais difícil que sejam adotadas.<sup>87</sup>

Também podemos ver a morosidade dos processos sendo destacada nas experiências contadas pela psicóloga Marлизete Vargas (as quais foram exploradas no ponto anterior deste presente trabalho). Nesse sentido, no caso do menino “Ric”, adotado pelo casal Max e Ana, a autora retratou a ansiedade da futura mãe diante da ausência de prazos, eis que não tinha qualquer previsão de tempo da chegada do filho adotivo, pontuando que o intervalo de tempo na região estudada (Campinas/SP), poderia alcançar até 30 meses<sup>88</sup>. Pelo contexto, depreende-se que se tratava do tempo para o deferimento da guarda provisória aos pais adotivos.

Essa morosidade constatada na prática merece uma análise também à luz dos diplomas normativos vigentes. Dentro dessa perspectiva, a Lei da Adoção (nº 12.010/2009) trouxe diversos dispositivos vistos como entraves à celeridade

---

<sup>86</sup> DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 5 ed. rev. atual. e ampl.. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009. pág. 452.

<sup>87</sup> Idem, pág. 453.

<sup>88</sup> VARGAS, Marлизete Maldonado. **Adoção tardia**: da família sonhada à família possível. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013, pág. 71.

processual para autores como Maria Berenice Dias. Segundo a autora, essa lei veio apenas a “burocratizar e emperrar o direito à adoção de quem teve a desdita de não ser acolhido no seio de sua família”<sup>89</sup>. Aponta que um primeiro percalço trazido pela legislação foi quanto ao procedimento a ser feito em relação às mães que desejam entregar seu filho à adoção. Há necessidade de que o consentimento seja precedido por esclarecimento feito por equipe interprofissional, sendo colhido em audiência somente depois de esgotadas tentativas de manutenção do filho junto à família natural ou extensa. Um segundo entrave consistiria na quase impossibilidade de dispensa do estágio de convivência, ressalvado os casos em que o adotando já esteja sob guarda ou tutela do adotante.

A autora também pontua que a habilitação para a adoção tornou-se verdadeiro processo com a Lei da Adoção. Nesse sentido, há petição inicial, documentos obrigatórios e possibilidade de designação de audiência. Diante dessas cautelas processuais estabelecidas, no ponto de vista de Maria Berenice Dias, seria demais condicionar a inscrição dos candidatos a um período de preparação psicossocial e jurídica, como estabelece o artigo 50, §3º, do Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>90</sup>.

Enfim, destaca a referida jurista que, por meio da Lei da Adoção de 2009, o instituto se tornou medida excepcional eis que expressamente prioriza a família natural em detrimento da substituta. Sendo assim, e diante de todos os outros entraves processuais, não conseguiria alcançar os seus propósitos.

Cáio Mário da Silva Pereira, através de atualizações de Tânia da Silva Pereira, também tece alguns comentários quanto essa prioridade da família natural trazida pela referida lei. Segundo o autor, a prioridade da família natural e extensa deve ser interpretada sempre com vista ao melhor interesse da criança:

Assim, a preferência pela família extensa deve ser marcada pela afinidade e

<sup>89</sup> DIAS, Maria Berenice. **O lar que não chegou**. In: Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 14, n. 2252, 31 ago. 2009. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/13412>>. Acesso em: 11 de novembro de 2015.

<sup>90</sup> Art. 50. A autoridade judiciária manterá, em cada comarca ou foro regional, um registro de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e outro de pessoas interessadas na adoção.  
§ 3º A inscrição de postulantes à adoção será precedida de um período de preparação psicossocial e jurídica, orientado pela equipe técnica da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar.

afetividade, por sólido relacionamento com a criança ou adolescente, cuidado, atenção e carinho. Estes elementos devem sobrepor-se a uma relação puramente biológica, onde não existe compromisso e reponsabilidade com crianças e jovens.<sup>91</sup>

Não bastasse a morosidade criada pelo sistema legal atual, tramita atualmente um projeto de lei que, para muitos, cuidará de aumentar ainda mais a demora no trâmite da adoção. Trata-se do Projeto de Lei nº 8219/2014 (hoje tramitando na Câmara dos Deputados), originado do Projeto de Lei do Senado nº 379/2012.

Em síntese, esse projeto busca alterar o parágrafo primeiro do art. 39 do Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual prevê justamente a priorização pela família natural falado há pouco. O artigo, em sua redação atual, dispõe, em suma, que a decisão da adoção só deve ser tomada após esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa. A proposta de alteração fará com que se adicione a expressão “e tentativas de reinserção” para, juntamente como os “recursos de manutenção”, comporem os requisitos prévios a serem esgotados antes da adoção<sup>92</sup>.

A justificativa dada pelo autor do projeto, o Senador Antônio Carlos Valadares, seria a de que haveria uma omissão no referido parágrafo quanto à tentativa de reinserção, uma vez que se falar em “manutenção”, segundo o senador, não abrangeria os casos em que o adotando já esteja em família substituta ou foi abandonado<sup>93</sup>.

A visão dos que se mostram contra o projeto de lei, como é o caso da advogada Silvana do Monte Moreira, presidente da Comissão de Adoção do Instituto Brasileiro

<sup>91</sup> PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Atual. Tânia da Silva Pereira. 23 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015, pág. 463.

<sup>92</sup> Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado PLS 379/2012**. Altera o art. 39 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever tentativas de reinserção familiar da criança ou do adolescente. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=ADFCF593C67F84E87671A84ED0301001.proposicoesWeb1?codteor=1291914&filename=PL+8219/2014](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=ADFCF593C67F84E87671A84ED0301001.proposicoesWeb1?codteor=1291914&filename=PL+8219/2014)> . Acesso em: 31 de outubro de 2015.

<sup>93</sup> Assessoria de Comunicação Social do IBDFAM. **Se virar lei, projeto vai tornar o processo de adoção ainda mais lento, diz especialista**. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/5281/Se+virar+lei,+projeto+vai+tornar+o+processo+de+ado%C3%A7%C3%A3o+ainda+mais+lento,+diz+especialista>> Acesso em 31 de outubro de 2015.

de Direito de Família, é que a alteração priorizará a família biológica, o que tornará o processo de adoção ainda mais lento. A advogada argumenta que uma criança ou adolescente só é retirada de seu ambiente familiar após extrema necessidade comprovada por estudos técnicos, o que afasta a utilidade de ficar tentando novamente a sua reinserção à família natural, prolongando ainda mais a possibilidade de adoção e a sua espera em abrigos<sup>94</sup>.

Realmente, os casos em que há destituição do poder familiar são aqueles de fato extremos, onde se comprova nos autos que não há possibilidade mesmo de retorno benéfico da criança ou adolescente à família de origem. Sendo assim, tentar novamente a reinserção antes da colocação em família substituta pode só alongar o tempo do processo de adoção, que já é moroso nos moldes em que se dá atualmente. Lembre-se que, enquanto aguarda institucionalizada, a criança corre o risco de grave privação de vários direitos humanos vistos no capítulo anterior.

### 3.3 Em busca de soluções

Vimos até agora que a adoção tardia é dificultada tanto pela cultura/ imaginário da sociedade, quanto pela morosidade do processo perante o Judiciário, fatores que aumentam o tempo das crianças em instituições de abrigo, local em que vivem privadas de diversos direitos garantidos nacional e internacionalmente. Diante disso, pergunta-se: há saída? Que possíveis medidas podem ser tomadas para se solucionar o problema?

Gabriela Schreiner nos fala basicamente na necessidade de mudança de cultura<sup>95</sup>. A autora destaca a existência de Grupos e Associações de Apoio à Adoção, que cuidam de: divulgar a adoção; acompanhar famílias pretendentes à adoção e desenvolver programas de prevenção ao abandono e de integração de crianças e adolescentes abrigados à sociedade. Relata que, após alguns trabalhos pedagógicos desses grupos, a porcentagem de pessoas que se abrem à possibilidade adotar

---

<sup>94</sup> Ibidem.

<sup>95</sup> SCHREINER, Gabriela. Apoio e acompanhamento das adoções tardias e de grupo de irmãos. O papel da sociedade civil. In: **Adoção: aspectos jurídicos e metajurídicos**. Coordenado por Eduardo de Oliveira Leite. Rio de Janeiro: Forense, 2005, págs. 185/199.

crianças maiores que dois anos aumenta significativamente.

Márcia Lopes de Carvalho e Natalia Soares Franco esclarecem:

Em geral os temas trabalhados em grupos de apoio são: Por que ter filhos? É fácil adotar? Motivação para adoção. Criança real e criança idealizada. Mitos e preconceitos. Adoção tardia, adoção inter-racial e crianças com necessidades especiais. A gestação emocional na adoção. Revelação. Questões legais na adoção.<sup>96</sup>

Nesse sentido, pode se vislumbrar a importância da informação e do esclarecimento na tentativa de mudança da cultura da adoção no país. As campanhas realizadas por grupos de apoio à adoção cuidam de promover conhecimento sobre a realidade das crianças e adolescentes disponíveis, estimulando a adoção tardia, além de diminuir a superlotação dos serviços oficiais de informação das Varas.

O Estado de Santa Catarina, por exemplo, possui a campanha “Adoção – Laços de Amor”, cujo objetivo principal é a redução do número de crianças e adolescentes acolhidos em instituições do estado<sup>97</sup>. A campanha divulga histórias reais, a fim de flexibilizar os planos de futuros pais, de modo que ampliem seu olhar para crianças mais velhas e adolescentes. No sítio eletrônico da campanha também podemos ver informações básicas quanto ao passo a passo da adoção, de profunda importância para muitos que não sabem sobre o procedimento.

Outra campanha é a “Adote um pequeno torcedor”, desenvolvida pela 2ª Vara da Infância e Juventude de Recife/PE, juntamente com o time do Sport Clube do Recife e com o Ministério Público do Pernambuco. O foco é estimular a adoção tardia, por meio da desmistificação dos preconceitos existentes na sociedade. A campanha foi lançada antes de uma partida do time do Sport Clube de Recife, realizada em 30 de agosto deste ano, quando um vídeo foi mostrado e algumas crianças entraram de mãos dadas com os jogadores. Diante da grandiosa divulgação, o magistrado da Vara relata que tem aumentado consideravelmente o interesse na adoção de crianças mais

<sup>96</sup> CARVALHO, M. L.; FRANCO, N.S. O cuidado na adoção: algumas experiências. In: **O cuidado como valor jurídico**. Coordenado por Tânia da Silva Pereira e Guilherme de Oliveira. Rio de Janeiro: Forense: 2008, pág. 197.

<sup>97</sup> Mais informações sobre a campanha no endereço eletrônico: <<http://www.portaladocao.com.br/a-campanha/>> Acesso em 31 de outubro de 2015.



velhas<sup>98</sup>.

Enfim, campanhas de incentivo à adoção tardia como essas se mostram extremamente importantes, frise-se, principalmente pela capacidade de espalhar informações e contribuir para a eliminação de preconceitos.

De outro lado, mesmo que se incentive devidamente a adoção das crianças mais velhas e adolescentes, e esta vem a ser iniciada, nada adiantará se não houver preparação dos pais e da própria criança – é aí que ocorrem as devoluções. Ou seja, a falta de preparação poderá fazer com que os pais venham a devolver a criança, a qual retornará à fila de espera mais uma vez.

Para que ocorra o sucesso na adoção tardia, consolidando-a em definitivo e evitando-se a devolução dos adotandos, Gabriela Schreiner trata de alguns caminhos a serem trilhados<sup>99</sup>. Para a autora, então, é necessário que ocorram os seguintes passos:

- Aproximação gradativa: não se precipitar a aproximação entre a família e a criança, a fim de se dar segurança suficiente para ambas as partes;
- Estabelecer limites desde o início da convivência: os limites dentro de casa devem ser impostos desde sempre, não mudando conforme o interesse dos adultos;
- Buscar conhecer o histórico mais completo possível da criança: a sua história de vida conterà muitas respostas para dúvidas que surgirão ao longo do convívio;
- Procurar apoio sempre: buscar ajuda em momentos difíceis, pois os pais não são infalíveis;
- Ter em mente que a adoção é uma via de mão dupla: a adoção é bilateral, devendo ser respeitadas os desejos de todos os envolvidos;
- A decisão de adotar uma criança maior deverá ser definitiva: refletir

<sup>98</sup> Agência CNJ de notícias. **Campanha da Justiça de Pernambuco e do Sport Clube incentiva adoção tardia**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/80352-campanha-da-justica-de-pernambuco-e-do-sport-clube-incentiva-adocao-tardia>> Acesso em 31 de outubro de 2015.

<sup>99</sup> SCHREINER, Gabriela. Apoio e acompanhamento das adoções tardias e de grupo de irmãos. O papel da sociedade civil. In: **Adoção: aspectos jurídicos e metajurídicos**. Coordenado por Eduardo de Oliveira Leite. Rio de Janeiro: Forense, 2005, págs. 195/198.

intensamente antes de se decidir sobre querer ou não adotar uma criança maior. A devolução após iniciada a adoção será terrível para a criança, devendo a relação afetiva ser construída também em superações de problemas;

- Criar possibilidades de pessoas se aproximarem das crianças para o surgimento de alternativas à adoção: possibilitar o contato com pessoas externas ao ambiente institucional, para que a criança possa vivenciar algum laço de afinidade e até mesmo “ganhar” uma família.

Outra questão que pode ser avaliada em termos de solução do problema é quanto à adoção internacional. Lídia Weber pontua que os adotantes internacionais frequentemente escolhem as crianças consideradas “inadotáveis” para os brasileiros, especialmente as mais velhas, sendo uma porta de saída para grande parte das crianças e adolescentes à espera interminável de um lar<sup>100</sup>. Qual seria o motivo dessa aparente ausência de preferências por parte dos estrangeiros na hora de adotar?

A mesma autora destaca o fato da menor taxa de natalidade e o maior planejamento familiar dos países estrangeiros, o que dificultaria a adoção em suas nações<sup>101</sup>. Com isso, recorrem à prática internacional, sendo mais abertos em suas preferências. Essa maior “maleabilidade” foi constatada em suas pesquisas, onde cerca de 67% dos entrevistados brasileiros desejavam adotar uma criança de até 6 meses, enquanto que apenas 8% dos estrangeiros tinha essa preferência. A maior porcentagem, inclusive, foi verificada nos que desejavam adotar crianças maiores de 4 anos (quase 48%)<sup>102</sup>.

Conforme visto no primeiro capítulo deste trabalho, a adoção internacional é regulada pela “Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional”, concluída em Haia no ano de 1993. No ordenamento brasileiro, foi ratificada através do Decreto nº 3.087/1999. Essa convenção reconhece expressamente a adoção internacional como possibilidade de

---

<sup>100</sup> WEBER, Lídia Natalia Dobrianskyj. **Aspectos psicológicos da adoção**. 2 ed. 9ª reimpr. Curitiba: Juruá, 2014, pág. 124.

<sup>101</sup> Idem.

<sup>102</sup> Idem, pág. 132.

dar uma família permanente à criança que não consegue encontrar uma em seu país de origem.

Lídia Weber tem um posicionamento mais cuidadoso sobre ver na adoção internacional a única solução para as crianças e adolescentes sem família. A psicóloga não descarta a prática, mas a intermedia com a questão da necessidade de conscientização da população brasileira sobre as adoções necessárias<sup>103</sup>. Essa tarefa de conscientização está sendo desempenhada pelos grupos de apoio à adoção, já mencionados aqui anteriormente.

Aliás, parece que essa tarefa de conscientização influencia até mesmo na maior flexibilização dos estrangeiros e no possível sucesso da adoção tardia internacional, pois

Enquanto no Brasil, a maioria dos candidatos inscritos nos Juizados somente passa por algumas entrevistas, os candidatos estrangeiros, geralmente intermediados por alguma Agência de Adoção Internacional, passam por uma preparação e conscientização muito mais profunda a respeito do processo adotivo. Talvez a mais significativa maneira para se conseguir trabalhar ou modificar uma motivação idealizada seja a participação de grupos de apoio, que têm o objetivo de preparar adotantes, acompanhar e apoiar (técnica e psicologicamente) famílias adotivas e promover a conscientização sobre as adoções necessárias, daqueles crianças que passam anos “depositadas” em uma instituição.<sup>104</sup>

Pode-se ver então o papel fundamental da conscientização e preparação para que, assim como as famílias estrangeiras, os candidatos brasileiros à adoção sejam mais maleáveis em suas preferências. Assim, a adoção internacional não será a única saída para se dar um lar às milhares de crianças e adolescentes sem família.

E quanto à morosidade dos processos, quais possíveis medidas poderiam ser tomadas para se solucionar o problema? Nas teorizações de Belmiro Pedro Welter<sup>105</sup>, temos um posicionamento bastante crítico – quando não radical – que trata da desnecessidade de processo judicial para a atribuição de paternidade e maternidade

---

<sup>103</sup> Ibidem, pág. 125.

<sup>104</sup> Idem, pág. 155.

<sup>105</sup> WELTER, Belmiro Pedro. **Inconstitucionalidade do Processo de Adoção Judicial**. Disponível em: < <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/8200-8199-1-PB.htm>>. Acesso em 01 de novembro de 2015.

na família afetiva. O autor defende a inconstitucionalidade do processo de adoção judicial ante a discriminação de tratamento entre a filiação afetiva e a filiação biológica, entendendo que a ambas as filiações devem ser aplicados os arts. 1.606 e 1.609 do Código Civil, sendo o processo judicial de adoção “descartável”.

Para Welter, o filho afetivo não precisaria ser adotado, podendo se valer de uma averiguação oficiosa de paternidade afetiva, de um registro de nascimento, de escritura pública ou particular, de testamento ou de manifestação direta perante o juiz para que tenha paternidade e/ou maternidade afetivas reconhecidas. Ou seja, pode se valer do mesmo procedimento legal previsto para o reconhecimento de filho biológico havido fora do casamento (art. 1.609). Com base nisso, o juiz poderia até mesmo extinguir processos de adoção em curso, homologando a vontade dos pretensos adotantes.

No entanto, simplesmente descartar o processo judicial de adoção parece não ser a solução que aqui se busca. Embora o processo seja moroso e o sistema contenha inúmeras falhas, jogando-se fora o processo estar-se-ia desprezando diversas garantias processuais e a própria proteção da criança – dado que o processo é formado por equipes multidisciplinares que cuidam de várias questões relevantes ao adotando. Portanto, entende-se que a solução para o problema da lentidão do processo de adoção deve ser buscada no sentido de se corrigir o sistema (e não abolí-lo), aperfeiçoando o processo de modo que atenda devidamente os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Diante disso, verifica-se que, na mesma pesquisa que analisou o tempo médio dos processos, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apontou algumas sugestões para o aprimoramento do sistema de adoção<sup>106</sup>.

Uma primeira sugestão a ser destacada é quanto ao tempo de citação dos genitores no processo de destituição do poder familiar. O órgão aponta para a necessidade de uma interpretação razoável e instrumental das regras de citação contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Alongar a fase da citação até limites impensáveis feriria o melhor interesse da criança, sendo prudente ver o “esgotamento”

---

<sup>106</sup> BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Processos relacionados à adoção no Brasil: uma análise sobre os impactos da atuação do Poder Judiciário**. Coord. por Marcelo Guedes Nunes [et al.]. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2015.

dos meios de citação pessoal dentro dos limites da razoabilidade, os quais, após atingidos, seriam suficientes para se determinar a citação por edital. Há, ainda, a possibilidade das autoridades legislativas criarem marcos objetivos para as tentativas de realização da citação pessoal. No entanto, quanto a este último ponto, importante pontuar que cada caso contém suas peculiaridades, impossíveis de generalização por patamares objetivos universais. A ideia da razoabilidade por parte de cada magistrado, muito embora um tanto subjetiva, talvez se mostre mais prudente, principalmente em se querendo evitar cerceamento de defesa ou tratamentos injustos.

Em adição, também apontou o órgão a possibilidade de captação de dados para uma localização mais rápida dos genitores através da criação de instrumentos de comunicação eletrônicas diretas com entidades e companhias, nos moldes em que se dá atualmente com o sistema Bacejud. Tal medida, juntamente com a razoabilidade na determinação do esgotamento das tentativas de citação pessoal, parecem ser as mais coerentes para uma rápida citação e um célere processo de destituição do poder familiar.

Uma segunda sugestão apontada consiste na estruturação das varas especializadas. Sobre o assunto, é de se saber que a falta de varas especializadas na matéria de Infância e Juventude foi objeto do Provimento nº 36/2014 do Conselho Nacional de Justiça<sup>107</sup>. Nesse documento, reconheceu-se a recorrente cumulação da competência da Infância e Juventude com outras áreas diversas, bem como a morosidade dos processos relacionados à adoção. Com isso, ao longo do referido provimento, foram determinadas algumas tarefas às Presidências dos Tribunais de Justiça do país, tais como: estruturação de todas as varas especializadas em Infância e Juventude hoje existentes com equipes multidisciplinares; promover convênios não onerosos com entidades a fim de realizar cursos preparatórios à adoção; e informar quais varas exclusivas foram criadas por lei mas ainda não instaladas. Aos corregedores dos Tribunais, determinou também a fiscalização do tempo da tramitação dos processos de adoção e destituição do poder familiar.

As medidas determinadas por esse provimento visivelmente possuem ligação direta com a celeridade e a melhor instrução dos processos. A insuficiência de

---

<sup>107</sup> Conselho Nacional de Justiça. **Provimento nº 36/2014**. Dispõe sobre a estrutura e procedimentos das Varas da Infância e Juventude. Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/provimento\\_36.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/provimento_36.pdf)> Acesso em: 01 de novembro de 2015.

profissionais nas Varas (psicólogos, assistentes sociais e até mesmo servidores), causando um grande acúmulo de processos de prioridade absoluta, exige a tomada urgente de providências. O fiel cumprimento do documento é de extrema necessidade em se querendo solucionar as falhas no sistema de adoção e, especificamente no que aqui interessa, resolver a morosidade que acaba criando o problema da adoção tardia.

Temos também a proposta de integração dos dados do Cadastro Nacional de Adoção (CNA) com os dados do Cadastro Nacional das Crianças em Acolhimento (CNCA), bem como com o banco de dados dos tribunais. A integração traria informações relevantes quanto ao tempo de abrigo, o histórico das entradas e saídas do sistema, tempo de tramitação dos processos, características dos genitores, atuação da vara, etc. Estaria se contribuindo, assim, para que o Cadastro Nacional de Adoção deixe de ser desatualizado e incompleto, o que tem atrasado as adoções no país.

Poderia se falar também em cursos de aperfeiçoamento e em um sistema de comunicação entre as varas do país, tendo em vista a diferença no trâmite dos processos de uma vara para outra. Nesse sentido, os juízes mais “eficazes” poderiam apresentar suas práticas às varas em dificuldade, a fim de se poder avaliar os pontos que podem ser melhorados.

Enfim, uma última sugestão dada pelo Conselho Nacional de Justiça que merece ser aqui salientada é quanto à preparação dos magistrados e servidores. O processo de adoção contém alta carga emocional, envolvendo muitos aspectos psicossociais. O treinamento dos profissionais que atuarão nas varas seria necessário diante dessas peculiaridades.

O que se quis dizer neste ponto foi que, ao mesmo tempo em que há dificuldades na adoção tardia, seja na cultura da sociedade, seja no âmbito do Judiciário, também há soluções que existem e precisam ser tomadas. Tais soluções são possíveis a médio prazo e giram em torno de duas palavras: informação e mobilização. Com essas duas palavras estar-se-á vencendo as barreiras de modo a garantir uma família às crianças mais velhas e aos adolescentes que aguardam abrigados e privados de muitos de seus direitos humanos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente trabalho consiste em explorar o fenômeno da adoção tardia e os seus reflexos no âmbito dos direitos humanos da criança e do adolescente. Vimos que a adoção é ato jurídico em sentido estrito, o qual depende de chancela judicial para se conferir filiação. Nessa perspectiva, colocamos a adoção tardia como fenômeno, sendo aquela que ocorre quando o adotando possui mais de dois anos de idade.

Na realização desta pesquisa, o que se notou foi uma certa insuficiência de uma análise puramente formal, conceitual e normativa quanto à temática da adoção tardia. Mais que isso, o que se viu foi a necessidade de um olhar interdisciplinar ao problema, olhar esse que abranja tanto aspectos sociais quanto jurídicos, capaz de captar toda essa realidade em jogo.

Sendo assim, conforme explorado, no Brasil, grande parte dos candidatos à adoção tem preferência por recém-nascidos, o que torna a espera dos adotandos mais velhos pouco esperançosa. Enquanto aguardam, ficam privados de muitos direitos garantidos pela sua simples condição de seres humanos: cumpriu destacar aqui o direito humano à convivência familiar, o direito humano à vida em condições adequadas e o direito humano à não discriminação.

A criança e o adolescente, por sua peculiar condição de desenvolvimento e vulnerabilidade, são objetos de proteção máxima, devendo, em toda e qualquer ocasião, ser observado o princípio do seu melhor interesse.

Certamente o seu melhor interesse não é viver em instituições até que complete a maioridade, sem afeto e suporte de uma família, submetidos ainda às condições precárias das instalações.

As crianças e os adolescentes abrigados, principalmente nos casos de abandono e destituição do poder familiar, têm poucas oportunidades para além de ficar esperando por uma nova família. Quanto mais o tempo passa, mais vai se amoldando ao perfil “indesejado” pelos adotantes brasileiros, que é justamente os não abaixo de dois anos.

Viu-se que há comarcas no país em que um processo de destituição do poder familiar pode demorar em média mais que dois anos. Ou seja, após o fim do processo,

ocorrendo a perda do poder familiar e não havendo possibilidade de mantê-la na família extensa, a criança entrará no sistema de adoção já fora dos padrões preferenciais.

Mas fora dos padrões preferenciais por quê? Dentre as possibilidades, aponta-se que a cultura brasileira, conforme verificado, possui um imaginário que vê na criança mais velha a pouca probabilidade de adaptação à uma nova família. Talvez pelo histórico de abandono, pobreza ou maus-tratos, há mais um sentimento de piedade em relação aos adotandos mais velhos do que uma ânsia de reinseri-los à convivência familiar. Além disso, diante da força dos laços de sangue, também há o medo das possíveis cargas genéticas herdadas da família biológica.

Os preconceitos existentes na sociedade brasileira discriminam as crianças mais velhas na hora da adoção e exigem soluções urgentes – de outro modo, seguirá este problema social, vale dizer, sempre existirá mais crianças disponíveis em relação aos candidatos exigentes a serem pais.

Entende-se que a adoção internacional dessas crianças não pode ser a única solução. Sabe-se que os estrangeiros não possuem muitas preferências na hora da escolha, sendo atualmente a única esperança de muitos adotandos. No entanto, deve-se utilizar essa experiência para que se tenha a oportunidade de reverter a cultura da adoção no Brasil. Mais informação e mais preparação da sociedade são essenciais para a tarefa.

Quanto à lentidão dos processos, que acaba deixando a criança aguardando mais tempo nas instituições, exige-se a melhor estruturação das varas e a melhor capacitação para se lidar com as peculiaridades dos processos. Exige-se, em suma, mobilização. É um caminho não muito curto a ser percorrido, mas possível. Somente assim se chegará no desejado: a real efetivação dos direitos das crianças e adolescentes abrigados do país.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA CNJ DE NOTÍCIAS. **Campanha da Justiça de Pernambuco e do Sport Clube incentiva adoção tardia.** Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/80352-campanha-da-justica-de-pernambuco-e-do-sport-clube-incentiva-adocao-tardia>> Acesso em 31 de outubro de 2015.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO IBDFAM. **Se virar lei, projeto vai tornar o processo de adoção ainda mais lento, diz especialista.** Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/5281/Se+virar+lei,+projeto+vai+tornar+o+processo+de+ado%C3%A7%C3%A3o+ainda+mais+lento,+diz+especialista>> Acesso em 31 de outubro de 2015.

BARROS, Sérgio Rezende de. Direitos Humanos da Família: dos fundamentais aos operacionais. In: **Afeto, Ética, Família e o novo Código Civil**. Coordenado por Rodrigo da Cunha Pereira. Belo Horizonte: Del Rey, 2004, p. 607/620.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Processos relacionados à adoção no Brasil: uma análise sobre os impactos da atuação do Poder Judiciário**. Coord. por Marcelo Guedes Nunes [et al.]. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2015

\_\_\_\_\_. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

\_\_\_\_\_. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. **Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em situação de acolhimento**. Disponível em: <[http://www.fazendohistoria.org.br/downloads/levantamento\\_nacional\\_das\\_crianças%20e%20adolescentes\\_em\\_serviços\\_de\\_acolhimento.pdf](http://www.fazendohistoria.org.br/downloads/levantamento_nacional_das_crianças%20e%20adolescentes_em_serviços_de_acolhimento.pdf)> Acesso em 03 de julho de 2015.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Direito à moradia adequada**. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 889852/RS. Recorrente: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Recorrido: L.M.B.G. Relator: Ministro Luís Felipe Salomão. Data do julgamento: 27 de abril de 2010.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Paraná. Apelação Cível nº 648257-5. Apelante: Ministério Público do Estado do Paraná. Apelado J.S.B.J. Relator: Des. Costa Barros. Data do julgamento: 12 de maio de 2010.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº 3220/2008**. Regula o direito ao parto anônimo e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=552449&fil](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=552449&fil)>

ename=PL+3220/2008> Acesso em 20 de novembro de 2015.

CAMARGO, Mário Lázaro. **Adoção tardia**: representações sociais de famílias adotivas e postulantes à adoção (mitos, medos e expectativas). Assis, 2005. Disponível em: <[http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/97679/camargo\\_ml\\_me\\_asis.pdf?sequence=1](http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/97679/camargo_ml_me_asis.pdf?sequence=1)> Acesso em 02 de julho de 2015.

CARVALHO, M. L; FRANCO, N.S. O cuidado na adoção: algumas experiências. *In: O cuidado como valor jurídico*. Coordenado por Tânia da Silva Pereira e Guilherme de Oliveira. Rio de Janeiro: Forense: 2008, págs. 189/205.

CASSETTARI, Christiano. **Mutiparentalidade e parentalidade socioafetiva**: efeitos jurídicos. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Provimento nº 36/2014**. Dispõe sobre a estrutura e procedimentos das Varas da Infância e Juventude. Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/provimento\\_36.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/provimento_36.pdf)> Acesso em: 01 de novembro de 2015.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 71/2011**: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2013

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Opinião Consultiva n.º 18/03: **Condición Jurídica y Derechos de los Migrantes Indocumentados**, set. 2003, par. 84 (trad. livre).

COSTA, Fernanda da. **Abrigos públicos para crianças são insalubres em Porto Alegre**. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/09/abrigos-publicos-para-criancas-sao-insalubres-em-porto-alegre-4588188.html>> Acesso em 12 de outubro de 2015.

DEVINE, Carol; HANSEN, Carol Rae e WILDE, Rhaph. **Direitos Humanos**: referências essenciais. Hilary Poole (org) et al, traduzido por Fábio Larsson. São Paulo: Ed. da USP, 2007.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 5 ed. rev. atual. e ampl.. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

\_\_\_\_\_. **O lar que não chegou**. In: Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 14, n. 2252, 31 ago. 2009. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/13412>>. Acesso em: 11 de novembro de 2015.

FACHINETTO, Neidemar José. O direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. **Revista do Ministério Público do RS**. Porto Alegre, n. 69, maio/2011.

FREITAS, Douglas Philips. **Parto anônimo**. Disponível em: <<http://www.arpensp.org.br/?pG=X19leGliZV9ub3RpY2lhcw==&in=NzEwNg==>> Acesso em 20 de novembro de 2015.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**: direito de família. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

HAPNER, A.A.M.A.; MATOS, A.C.H.; RUZYK, C.E.P.; MEIRELLES, J.M.L.; FACHIN, L.E.; SILVA, M.A.; CARNONERA, S.M. O princípio da prevalência da família: a permanência do cuidar. In: **O cuidado como valor jurídico**. Coordenado por Tânia da Silva Pereira e Guilherme de Oliveira. Rio de Janeiro: Forense: 2008.

JOAQUIM, Nelson. **Igualdade e discriminação**. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2652/Igualdade-e-discriminacao>> Acesso em 14 de outubro de 2015.

LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. **Além da adoção**. Le Monde Diplomatique Brasil, 2011.

LIRA, Wladimir Paes. Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e uma Perspectiva de Efetividade no Direito Brasileiro. In: **Família e Responsabilidade: Teoria e Prática do Direito de Família**. Coordenado por Rodrigo da Cunha Pereira. Porto Alegre: Magister/IBDFAM, 2010.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil**: Famílias. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MACEDO, Emilisa Curi de. Adoção: que caminho escolher? Refletir ou refletir preconceitos? In: **Adoção: aspectos jurídicos e metajurídicos**. Coordenado por Eduardo de Oliveira Leite. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

MACHADO, Isabel Penido de Campos. O princípio da igualdade no Sistema Interamericano de Direitos Humanos: do tratamento diferenciado ao tratamento discriminatório. In: OLIVEIRA, Márcio Luis. **Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos: Interfaces com o Direito Constitucional Contemporâneo**. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2007, págs. 123/144.

MATOS, Ana Carla Harmatiuk. Filiação e Homossexualidade. In: Rodrigo da Cunha Pereira (Coord.). **Família e Dignidade Humana**: Anais do V Congresso Brasileiro de Direito de Família, São Paulo: IOB Thomson, 2006, págs. 69/101.

MELLO, Simone Guerresi de. **O ambiente físico no qual vivem crianças e adolescentes em situação de abrigo**. In: O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Coordenado por Enid Rocha Andrade Silva. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Como é a vida de crianças e adolescentes nos abrigos?** Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/educacao/artigos/48764/referencias->

bibliograficas-tiradas-na-internet-como-colocar-no-trabalho> Acesso em: 12 de outubro de 2015.

MORAES, Maria Celina Bodin de. **A nova família de novo** – Estruturas e funções das famílias contemporâneas. In: Pensar, Fortaleza, v. 18, n. 2, mai./ago. 2013.

NASCIMENTO, Joacinay Fernanda do Carmo. **Adoção à brasileira**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XVII, n. 125, jun 2014. Disponível em: <[http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=14879&revista\\_caderno=14](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14879&revista_caderno=14)> Acesso em 02 de novembro de 2015.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Atual. Tânia da Silva Pereira. 23 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

PEREIRA, Tânia da Silva. Abrigo e alternativas de acolhimento familiar. In: **O cuidado como valor jurídico**. Coordenado por Tânia da Silva Pereira e Guilherme de Oliveira. Rio de Janeiro: Forense: 2008.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 14. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

PUSSI, William Artur. **Personalidade jurídica do nascituro**. Curitiba: Juruá, 2005.

SCHREINER, Gabriela. Apoio e acompanhamento das adoções tardias e de grupo de irmãos. O papel da sociedade civil. In: **Adoção: aspectos jurídicos e metajurídicos**. Coordenado por Eduardo de Oliveira Leite. Rio de Janeiro: Forense, 2005, págs. 185/199.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. **O direito à convivência familiar e comunitária**: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Coordenado por Enid Rocha Andrade da Silva. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei do Senado PLS 379/2012**. Altera o art. 39 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever tentativas de reinserção familiar da criança ou do adolescente. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=ADFCF593C67F84E87671A84ED0301001.proposicoesWeb1?codteor=1291914&filename=PL+8219/2014](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=ADFCF593C67F84E87671A84ED0301001.proposicoesWeb1?codteor=1291914&filename=PL+8219/2014)> . Acesso em: 31 de outubro de 2015.

TARTUCE, Flávio. A situação jurídica do nascituro: uma página a ser virada no direito brasileiro. **Questões Controvertidas no novo Código Civil**, São Paulo, v. 6, 2007.

VARGAS, Marлизete Maldonado. **Adoção tardia**: da família sonhada à família possível. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

VASCONCELOS E SOUZA, Myrian. **Questões legais, técnicas e práticas para uma nova cultura da adoção**. Disponível em:

<<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/28510-28521-1-PB.htm>>  
Acesso em 02 de novembro de 2015

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil: Direito de Família**. 6 ed. São Paulo, Atlas, 2006, pág. 304.

WEBER, Lídia Natalia Dobrianskyj. **Aspectos psicológicos da adoção**. 2 ed. 9ª reimpr. Curitiba: Juruá, 2014.

\_\_\_\_\_. **Famílias adotivas e mitos sobre laços de sangue**. *Jornal Contato – CRP-08*, v. 08, n. 15, 1996.

WELTER, Belmiro Pedro. **Inconstitucionalidade do Processo de Adoção Judicial**. Disponível em: < <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/8200-8199-1-PB.htm>>. Acesso em 01 de novembro de 2015.